



Anais da Assembléia

Nº 173

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guimar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

ATO DO PRESIDENTE N° 006/93

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e, atendendo ao disposto pelo parágrafo único do Art. 2º, da Lei n° 10.430, de 03 de agosto de 1993,

R E S O L V E:

Indicar os Excelentíssimos Senhores Deputados Djalma de Almeida César, João Iensen, Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia e Nilton Barbosa para acompanharem as operações de vendas das ações da TELEPAR, de propriedade do Estado do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.12.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 123.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Eurides Moura e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Tuxra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Nelson Garcia e Nelson Justus (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ALCEU SWAROWSKI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

20 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OF. n° 944/93 G.P.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à sua douda apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de janeiro de 1994, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) Des: RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de janeiro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores

ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em novembro de 1993, ficam reajustados no percentual de 70% (setenta por cento) a partir de 1º de janeiro de 1994, conforme Tabelas anexas à presente lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados a partir de 1º de janeiro de 1994, e no percentual de 70% (setenta por cento):

I - os valores das Gratificações de Produtividade;

II - os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, e

III - os valores das Gratificações previstas no Decreto Judiciário nº 4.905 de 12 de março de 1982.

Art. 3º - O valor do salário família por dependente legal fica fixado em CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros reais) a partir de 1º de janeiro de 1994.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1994.

A N E X O I

T A B E L A I
CARGOS EFETIVOS

NIVEL	VALOR
1	73.378,46
2	66.707,69
3	60.643,37
4	58.310,92
5	53.009,93
6	49.542,00
7	48.024,71
8	30.179,44
9	27.349,69
10	24.521,12
11	21.690,47
12	18.861,60

T A B E L A II
ASSESSORES JURÍDICOS
CARGOS EFETIVOS

CLASSE	VALOR
I	96.775,46
II	91.039,93
III	85.155,70

T A B E L A III
SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

NIVEL	VALOR
1	100.729,00
2	94.684,88
3	88.641,76
4	82.597,59
5	76.554,76
6	73.990,87
7	68.853,55
8	50.074,83
9	45.379,48
10	40.686,25
11	30.993,55
12	29.132,22
13	27.274,32

T A B E L A IV
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	VALOR
1	99.504,13
2	90.451,54
3	82.224,90
4	74.747,49
5	67.954,03
6	56.630,88
7	47.192,26
8	40.239,51
9	34.990,86
10	30.426,84
11	28.977,95
12	27.598,04

TABELA V
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	VALOR
1	74.679,56
2	71.121,98
3	67.737,03
4	64.510,85
5	61.438,68
6	59.060,91
7	55.414,29
8	51.646,07
9	50.366,10
10	45.787,15
11	41.624,47

A N E X O II

T A B E L A I
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO	VALOR
DAS-1	126.481,12
DAS-2	111.629,77
DAS-3	104.037,52
DAS-4	88.961,77
DAS-5	81.362,85

T A B E L A II
CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO	VALOR
1-C	52.506,85
2-C	48.492,70
3-C	44.763,94
4-C	41.347,48
5-C	38.866,63
6-C	36.534,55

T A B E L A III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLO	VALOR
1-F	3.188,74
2-F	2.706,90
3-F	2.386,99
4-F	1.916,02
5-F	1.751,07

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

GABINETE N° 1034/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Anteprojeto de Lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a vigor a partir de 1° de janeiro de 1994.

No ensejo desta oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI

Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria

Geral de Justiça, ficam reajustados, a partir de 1º de janeiro de 1994, na forma das Tabelas que constituem o Anexo Único, desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Gabinete, ficam reajustados, a partir de 1º de janeiro de 1994, em 70% (setenta por cento).

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros reais).

Art. 4º - O valor da Gratificação de

Curitiba, terça, em 07.12.93

Produtividade fica reajustado para CR\$ 2.268,91 (dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros reais e noventa e um centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA I TABELA DE VENCIMENTOS											
VIGENCIA: JANEIRO DE 1994											
INIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1	197.905,14	205.821,35	214.054,20	222.616,37	231.521,03	240.781,87	250.413,14	260.429,67	270.846,85	281.680,73	292.947,96
2	179.882,70	187.078,01	194.561,13	202.343,57	210.437,31	218.854,81	227.609,00	236.713,36	246.181,89	256.029,17	266.270,34
3	163.501,48	170.041,54	176.843,21	183.916,93	191.273,61	198.924,56	206.881,54	215.156,00	223.763,07	232.713,59	242.022,14
4	148.609,12	154.553,48	160.735,62	167.165,05	173.851,65	180.805,71	188.037,94	195.559,46	203.381,84	211.517,11	219.977,80
5	94.798,97	98.590,93	102.534,57	106.635,95	110.901,39	115.337,45	119.950,95	124.748,98	129.738,94	134.928,50	140.325,64
6	77.917,83	81.034,54	84.275,92	87.646,96	91.152,84	94.798,95	98.590,91	102.534,55	106.635,93	110.901,37	115.337,42
7	64.042,79	66.604,50	69.268,68	72.039,43	74.921,01	77.917,85	81.034,56	84.275,94	87.646,98	91.152,86	94.798,98
8	52.638,50	54.744,04	56.933,81	59.211,16	61.579,60	64.042,79	66.604,50	69.268,68	72.039,43	74.921,00	77.917,84
9	78.346,22	81.400,07	84.739,27	88.128,85	91.654,00	95.320,16	99.132,97	103.098,28	107.222,22	111.511,10	115.971,55
10	64.394,88	66.970,67	69.649,50	72.435,48	75.332,90	78.346,21	81.400,06	84.739,27	88.128,84	91.653,99	95.320,15
11	52.927,90	55.045,02	57.246,82	59.536,69	61.918,16	64.394,88	66.970,68	69.649,51	72.435,49	75.332,91	78.346,22
12	43.502,88	45.243,00	47.052,72	48.934,82	50.892,22	52.927,91	55.045,02	57.246,82	59.536,70	61.918,16	64.394,89
13	64.748,97	67.338,93	70.032,49	72.833,79	75.747,14	78.777,03	81.928,11	85.205,23	88.613,44	92.157,98	95.844,30
14	53.218,94	55.347,69	57.561,60	59.864,06	62.258,63	64.748,97	67.338,93	70.032,49	72.833,79	75.747,14	78.777,03
15	43.742,89	45.491,77	47.311,44	49.203,90	51.172,05	53.218,94	55.347,69	57.561,60	59.864,07	62.258,63	64.748,97
16	35.952,81	37.390,92	38.886,56	40.442,02	42.059,70	43.742,89	45.491,77	47.311,44	49.203,90	51.172,06	53.218,94

ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA II

VIG: 01/94

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	126.481,12
SIMBOLO DAS-3.....	104.037,52
SIMBOLO DAS-5.....	81.362,85

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	52.506,85
SIMBOLO 3-C.....	44.763,94
SIMBOLO 9-C.....	30.345,08

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	3.188,74
SIMBOLO 2-F.....	2.706,90
SIMBOLO 3-F.....	2.386,99
SIMBOLO 4-F.....	1.916,02
SIMBOLO 5-F.....	1.751,07

OF. n° 2038/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) RAFAEL IATAURO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2° - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3° - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto n° 2.966, de 24 de julho de 1980, para CR\$ 7.036,27 (sete mil e trinta e seis cruzeiros reais e vinte e sete centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para CR\$ 2.268,91 (dois mil, duzentos e sessenta e oito cruzeiros reais e noventa e um centavos) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros reais).

Art. 4° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1994.

Tabelas de vencimentos. do cargo isolado de Consultor Técnico. dos cargos efetivos. dos cargos em comissão e funções gratificadas. dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1994.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: JANEIRO/1994

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	145.990,26	147.495,31	149.000,37	150.505,42
2	105.606,46	106.695,19	107.783,91	108.872,64
3	101.251,56	102.340,28	103.429,01	104.517,73
4	96.896,65	97.985,38	99.074,10	100.162,83
5	92.541,74	93.630,47	94.719,20	95.807,92
6	88.186,84	89.275,56	90.364,29	91.453,02
7	83.831,93	84.920,66	86.009,39	87.098,11
8	79.477,03	80.565,75	81.654,48	82.743,21
9	75.122,12	76.210,85	77.299,57	78.388,30
10	70.767,22	71.855,94	72.944,67	74.033,40
11	66.412,31	67.501,04	68.589,76	69.678,49

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	126.481,12
SÍMBOLO DAS-2	111.629,77
SÍMBOLO DAS-3	104.037,51
SÍMBOLO DAS-4	88.961,76
SÍMBOLO DAS-5	81.362,85

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	52.506,83
SÍMBOLO 2-C	48.492,69
SÍMBOLO 3-C	44.763,93

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	3.188,74
SÍMBOLO 2-F	2.706,90
SÍMBOLO 3-F	2.386,99
SÍMBOLO 4-F	1.916,02
SÍMBOLO 5-F	1.751,07
SÍMBOLO 6-F	1.429,40
SÍMBOLO 7-F	1.109,93

Of. n° 2039/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O nível de vencimento do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica reajustado em 70% (setenta por cento), a partir de 1° de janeiro de 1994.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°.

Of. n° 2046/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O nível de vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativo e inativo, fica reajustado, a partir de 1° de janeiro de 1994, no mesmo percentual estabelecido para o Quadro Geral do Estado.

Art. 2° - Sempre que houver aumento do vencimento do Conselheiro do Tribunal de Contas, será revisto, na mesma proporção e data, o do Auditor do mesmo Tribunal.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Of. n° 2047/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) RAFAEL IATAURO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O nível de vencimento básico mensal dos cargos de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativo e inativo, fica reajustado, a partir de 1° de janeiro de 1994, no mesmo percentual estabelecido para o Quadro Geral do Estado.

Art. 2° - Fica assegurado, no que couber, aos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, ativos e inativos, o disposto no artigo 121 da Constituição Estadual.

Art. 3° - Os cargos de Procurador da Fazenda, Procurador Adjunto, Sub-Procurador Fiscal e 2° Procurador Fiscal, inativos do Tribunal de Contas, passam a denominar-se Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Art. 4° - As despesas resultantes da execução desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação ao Projeto de Lei n° 712/93, item 08, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 4855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, do Projeto de Lei n° 323/93, de autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk, que dispõe sobre recursos provenientes do Sistema de Estacionamento Regulamentado (ESTAR), conforme especifica, a fim de que possa proceder estudos quanto a viabilidade de aplicação da referida legislação.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 4877

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Reinaldo Almeida, ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Cianorte, residente à rua Monte Castelo, s/n° - Cianorte/PR, ocorrido na data de 07/12/93.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Reinaldo Almeida, antigo morador do Município de Cianorte, ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal, sempre teve grande participação nas atividades comunitárias da cidade, tendo, como homem público e cidadão, dado sua parcela de contribuição às causas cianortenses.

Sua conduta de seriedade e integridade, o tornaram uma das pessoas mais benquistas e respeitadas daquela comunidade.

Seu falecimento, sem dúvida, representará uma grande perda para o município.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 729/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Recreativa e Esportiva dos Servidores Municipais", com sede e foro no Município de Uraí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 28 de outubro de 1972, e sua finalidade é dar assistência social aos menores carentes e proporcionar

Curitiba, terça, em 07.12.93

aos seus associados, recreação e cultura.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 730/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores", com sede no Distrito de Paranagi, Município de Sertaneja, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é entidade civil, sem fins lucrativos, é de caráter estritamente social e assistencial. Sua finalidade é atuar junto aos poderes públicos e a comunidade, no sentido de zelar e amparar menores carentes e desenvolver trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício de seus associados e moradores em geral.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos para o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N° 731/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Irati/PR;

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Irati é uma progressista cidade situada na Região Centro-Sul, sede da Microrregião 17 da AMCESPAR.

Possui em seu sistema de segurança a guarnição do Corpo de Bombeiros; Posto da Polícia Rodoviária; Delegacia da Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná.

Irati é cidade polo de toda uma região, com uma população estimada em 55 mil habitantes.

A mulher constitui-se em força essencial e uma coadjuvante indispensável que, lado a lado com o homem, participa no mercado de trabalho empresarial e comunitário, dando sua necessária contribuição ao desenvolvimento do município.

Apesar disso, a mulher ainda sofre toda sorte de humilhações e atos de violên-

cia advindos de preconceitos que renegam sua independência, sua capacidade produtiva, sua participação igualitária à masculina na sociedade hodierna ativa.

Assim, faz-se mister ampará-la com um órgão especial e indispensável como é o caso da Delegacia da Mulher que, pelas características peculiares, garantirá a defesa de seus direitos essenciais e constitucionais, na proteção de qualquer tipo de violência, de agressão ou discriminação.

PROJETO DE LEI Nº 732/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Amparo a Infância Ida Meta Juliane Dietz, com sede e foro na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.93.

(a) EDSO SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amparo a Infância Ida Meta Juliane Dietz é uma sociedade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro no Município de Faxinal, Estado do Paraná.

Foi fundada em 28 de outubro de 1987, com finalidade principal a assistência social e promocional às crianças do Município de Faxinal.

São ainda finalidades da sociedade:

- Acolher e assistir em regime de internato e semi-internato menores carentes de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 18 anos;

- Amparar esses menores proporcionando-lhes abrigo, alimentação e serviços assistenciais e promocionais;

- Promover o quanto possível a educação e normas de comportamento, integrando os menores junto a comunidade, capacitando-os para uma vida digna e honrada, e

- Estimular estudos e pesquisas relativas ao problema do menor em todo o município.

No desenvolvimento de suas atividades a Associação não fará distinção alguma quanto a raça, cor ou credo político ou religioso, havendo total liberdade para as crianças, para igualá-las e serem tratadas como seres humanos dignos com direito ao amor.

Exposto isto, e considerando que a Associação em pauta vem cumprindo com o objetivo para o qual fora constituída, nada mais justo que seja reconhecido de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com o apoio de seus Pares

com assentamento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Cumprindo mandatos nesta Casa, há 26 anos, eu nunca trouxe ao Plenário, assuntos municipais. Entendo que assuntos de economia interna de cada município devem ser resolvidos no âmbito municipal, entre o Prefeito, vice, Vereadores, Líderes Partidários e a comunidade interessada.

No máximo deve intervir o Tribunal de Contas, quando a questão extrapolar as autoridades locais.

Por isso, se ocupo a tribuna hoje, para um problema dessa natureza, é devido à necessidade de responder acusações feitas desta tribuna quanto ao município de Pinhais.

O município de Pinhais, situado na região metropolitana de Curitiba, é um promissor e vigoroso membro da comunidade paranaense de municípios, cuja criação foi por nós patrocinada em reconhecimento ao labor e espírito de progresso de seus habitantes.

Não obstante, é uma comuna nova, recém-instalada e que, logicamente, teve de enfrentar as dificuldades a quem começa.

Os Senhores Deputados sabem que para a implantação de um município recém-criado são requeridas providências políticas e administrativas das mais complexas.

Assim é que deve ser partilhado o quadro de pessoal, em relação ao município originário, divididos os equipamentos rodoviários e delimitados os compromissos e responsabilidades relativos a obras não amortizadas, realizadas no território da nova unidade política.

Ao mesmo tempo a nova administração se vê a braços com a necessidade de estruturação dos seus quadros funcionais, sua organização administrativa, suas leis fundamentais disciplinando o relacionamento entre poderes, normas de operação, etc.

Pinhais tem conseguido superar tais dificuldades naturais a quem inicia graças à qualidade de seus líderes, notadamente o Prefeito João Costa; ao Presidente da Câmara; Vereador Vinicius Cruz; aos Vereadores e funcionários da Prefeitura; além da colaboração desinteressada a altruística das principais lideranças daquela comunidade.

A única voz a se afastar desse esforço de construção é a representação local de um partido, o PT, cujo Diretório Municipal encaminhou supostas denúncias do Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

É bom que se diga, desde logo, ser es-

cassa a representatividade desse partido, que não conseguiu eleger sequer um Vereador em Pinhais, permanecendo com votação escassa, inferior a 10% dos eleitores.

Mas o diretório do PT apresentou e o Deputado verbalizou, críticas contra a administração de Pinhais que não têm procedência.

Quanto às acusações em si. A remuneração do Prefeito e seus auxiliares diretos, além de estar amortizada pelo Decreto Legislativo nº 01/93, se mantêm em linha com os subsídios percebidos e os salários pagos na área da região metropolitana de Curitiba.

Os empréstimos realizados junto a um banco privado, para cumprir compromissos do Município, estão autorizados pela Constituição Federal e pela Lei Orçamentária em vigor naquele município.

Não foram feitos no BANESTADO porque, à época, julho do corrente ano, o Banco Central vedava que estabelecimentos oficiais emprestassem aos Poderes Públicos.

Quanto à acusação sobre eventual ocorrência de funcionários fantasmas, a realidade - investigada inclusive pela colenda Câmara Municipal - é que o quadro de pessoal do novo Município se achava em fase de transição, repassado pelo antigo Município-sede de Piraquara. Só a 29 de outubro de 1993 é que foi firmado o termo de acordo entre os dois Municípios, homologado pelas Câmaras, fixando as regras para a lotação de servidores após a partilha de ambas as estruturas funcionais, tudo rigorosamente nos termos da Lei Complementar que disciplina a questão.

Formalizado o quadro, cada servidor decorrente da sucessão funcional foi lotado em órgão próprio, estando todos trabalhando para o bem do novo Município.

A acusação seguinte, de fechamento de via pública, também não resiste à evidência: uma vez implantado o quadro de urbanismo do novo Município, foi procedida a adequação do uso das ruas conforme a conveniência do povo e diversas delas foram bloqueadas ao tráfego de veículos, para darem mais segurança aos moradores, principalmente crianças.

Quanto à contratação de serviços de segurança, eles foram procedidos nos termos da legislação das licitações e se tornaram mais urgentes devido à razão anterior: Município novo não tinha quadro funcional e cumpria terceirizar - esta é a palavra - serviços inadiáveis como os de portaria, vigilância de bens municipais e similares.

Identicamente se fez conveniente licitar a contratação de serviços de frota, em vez e diante da impossibilidade de imediata aquisição de viaturas por um Município em formação.

Curitiba, terça, em 07.12.93

A Prefeitura de Pinhais, aplicando o bom senso e a relevante razão de interesse público, ainda teve que atrair e fixar auxiliares de bom nível, justamente dada a dimensão da tarefa que tinha à frente.

Poderia me estender mais, mas creio ter dado à Casa as explicações necessárias a respeito das críticas feitas.

O executivo municipal de Pinhais, bem como sua Câmara e suas Lideranças, têm se pautado com a dignidade e empenho requeridos de cidadãos dignos e probos; não merecendo ser alcançados por críticas de feitiço partidário.

Nem podemos alimentar, como se pretendem alhures, idéias de fracasso da liderança democrática, sob pretexto de verdadeiro recurso a soluções radicais, como comitês de salvação pública, impedimentos e outros; por restaurarem uma página dolorosa na vida nacional.

Que nos contenhemos dentro do limite do bom senso, da razão prática que - dizia Kant - deve ser a luz a iluminar o caminho da humanidade!

Muito obrigado!

Senhores Deputados, para não me alongar, trouxe aqui um dossiê completo sobre as acusações e a defesa dos órgãos municipais, que coloco à disposição do nobre Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando nesta Casa tramita o Projeto, aliás, a Mensagem do Governo do Estado que depois transforma-se em Lei, tomou o nº 10.219 criando o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado, naquela oportunidade apresentávamos emenda procurando inserir, no bojo daquela Lei a garantia que hoje estabelece a Constituição Federal no que tange direito às consignações das mensalidades sindicais em folha de pagamento.

Tivemos aprovado por esta Casa e posterior veto pelo Governo do Estado, cujo veto continua sendo mantido, porque não foi derrubado pela Casa. E, naquela oportunidade nós dizíamos, que aquilo caracterizava, de fato, medo da democracia ou medo da manifestação dos governos a exemplo do que aconteceu nos governos de regime autoritário.

Dizíamos que, em hipótese alguma, as organizações sindicais poderiam ser atacadas nas suas organizações, nas suas manifestações. E, para nossa surpresa, na data de ontem, recebemos manifestação do Sindicato dos Servidores Públicos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, um escritório

teve medo da democracia e ...
sindicais. Também o atual Governo
fende a manifestação do povo e a organiza-
ção na defesa dos seus direitos também tem
medo da Democracia.

Porque o que está dizendo este ofício
do Sindicato dos Servidores da Secretaria
da Agricultura e Abastecimento representa
de fato o medo da verdade, o medo da mobi-
lização e o medo da manifestação da socie-
dade organizada.

Passo a ler na íntegra, o Ofício nº
068/93, com a seguinte redação (Lê):
"Senhor Deputado.

Governo intervém no SINDI/SEAB e des-
respeita decisão do STJ.

A direção do SINDI/SEAB - Sindicato
dos Servidores Estaduais da Agricultura,
Meio Ambiente e Afins do Paraná, vem a es-
ta Assembleia Legislativa, DENUNCIAR mais
uma vez a interferência do Governo do Es-
tado nas atividades sindicais dos servido-
res públicos, onde, por perseguição polí-
tica, interfere na arrecadação das mensa-
lidades sindicais dos associados, ferindo
inclusive decisão do Superior Tribunal de
Justiça, que oficiou sua decisão à SEAD,
através do Ofício 037/93, de 02/04/93.

A decisão de intervenção, interrompen-
do o desconto das mensalidades, em folha
de pagamento dos cerca de 90% da categoria
filiação ao SINDI/SEAB, se deu por indica-
ção do Secretário do Meio Ambiente, junto
à SEAD, por não concordar com as críticas
que o sindicato vinha e vem fazendo em re-
lação à transferência do IAP para o que
sobrou do complexo Hospitalar de Piraquara
e outras tantas que o SINDI/SEAB vinha fa-
zendo em relação à política de administra-
ção do governo Requião e em especial à po-
lítica de pessoal.

Entende o Sindicato que é seu direito
e dever, por conhecer por dentro a admi-
nistração pública, denunciar à sociedade
os erros do governo, não apenas na questão
salarial e o governo não pode, como arma
de defesa, utilizar-se de recursos dignos
de elogios no período da ditadura militar.

Apoio e Pronunciamentos

Sem arrecadação financeira desde 1º de
outubro, sobrevivendo através de listas de
contribuição financeira que percorre setor
a setor da base sindical, o SINDI/SEAB já
peticionou ao Desembargador Sydney Zappa,
para que oficialize o Secretário da SEAB
ao cumprimento da decisão do STJ sob pena
de caracterizar crime, oficiou à SEAB para
que retorne imediatamente as consignações
das mensalidades e neste momento, SOLICITA
aos Senhores Deputados que se pronunciem e
intercedam para que o governo do Estado
suspenda sua truculência e desrespeito à
Lei e a decisões judiciais.

O SR. PRESIDENTE

ti) - (Faz

soar os tímpanos.

O SR. PAULO MAIA - Ocupo o Horário da Li-
derança do PDT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -
V.Exa. tem a palavra no Horário da Li-
derança do PDT.

O SR. PAULO MAIA - O presente está assina-
do pelo Presidente do SINDI/SEAB, Se-
nhor José Carlos Trizotti.

Isto aqui, Senhor Presidente, Senhores
Deputados, representa de fato que a verda-
de e a praça pública só está servindo
quando é para defender interesses do Go-
verno, quando é para se trazer dos dife-
rentes cantos do Estado, às custas do di-
nheiro público, o povo para dar sustenta-
ção à manutenção do Governo do Palácio
Iguaçu ou quando é para defender interes-
ses que interessam exclusivamente ao go-
verno do Estado, porque essa interferência
na vida sindical - temos repetido e parece
que está se tornando uma prática do regime
militar - quando no governo do Estado es-
tava o senhor Hosken de Novaes que bai-
xou decreto dizendo que toda manifestação
do servidor público devia levar à suspen-
são das consignações em Folha de Pagamen-
to.

Da mesma forma aconteceu com os pro-
fessores da rede pública estadual no go-
verno Álvaro Dias e para a nossa surpresa,
acontece também no governo que mais diz
praticar democracia, que mais diz ouvir as
representações sindicais e que mais disse,
favorável às manifestações e organização
da sociedade civil. Isso é de se lamentar,
isso é de se cobrar de fato a democracia
que inexistente, porque falar a respeito do
salário de miséria do funcionário público,
nós já falamos diversas vezes.

Os sindicatos têm se manifestado e in-
clusive, devem se manifestar em relação à
mensagem que chega a esta Casa, propondo
apenas 70% para o mês de janeiro de 94,
quando já tínhamos, pelos funcionários
públicos, conquistado uma data base e por
truculência também do governo passado e do
atual, deixou de existir na vida do servi-
dor público e quando, através de uma ini-
ciativa do Deputado Florisvaldo Fier, nós
conseguimos revogar essa iniciativa, reto-
mando a data base, o governo do Estado,
naquela oportunidade, transformava também
uma decisão desta Casa numa piada, dizendo
e publicando no Diário Oficial do Estado,

outro decreto, dizendo que a partir de 1º de abril também ficava decretada, após a decisão da Casa, a data de aniversário dos Deputados estaduais do Paraná. Isso é de se lamentar.

Não tem o servidor público o direito de se manifestar? Tem. Tem e deve se manifestar, deve ir à praça pública. Isso é lamentável que aconteça, quando se defende a organização dos trabalhadores, através dos seus sindicatos e têm aqui o respaldo de repúdio da Bancada do PDT. Tem aqui o repúdio por essa iniciativa truculenta como diz o próprio sindicato, na interferência, na forma de se tentar calar a voz de quem tem a coragem de denunciar pilantragens e falcatruas que, porventura, estejam acontecendo em órgãos públicos.

Demonstra, dessa forma, que está tendo coragem de denunciar aquilo que eles têm conhecimento e quando o governo toma iniciativa desta natureza, reconhece de fato, que alguma pilantragem deve estar acontecendo, alguma pilantragem que o sindicato está denunciando, porque se assim não fosse, não agiria de forma truculenta, como está fazendo com esta decisão de tentar calar a voz dos sindicatos, com o corte das suas consignações, que representam o único recurso para as suas mobilizações.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Gostaríamos de comunicar à Casa, a presença do Vereador Adilson Soares de PTB de Paranaguá e Wanderlei Santana Pinheiro, estivador e líder sindical daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A pedido do Deputado Cezar Silvestri, a Mesa registra com satisfação de presença de Almir Pinheiro dos Santos e Joanir Bueno de Lima, Vereador de Diamante do Sul.

Não há mais oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, e nem para o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Senhores Deputados.

Antes de passarmos à votação da Ordem do Dia, é com satisfação que relato a reunião ocorrida no dia de ontem em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, dentro da Agenda de Trabalhos do Conselho Parlamentar do Sul.

1 - Na pauta dos trabalhos constava:

- a) Exposição sobre questões tributárias nos Estados do Sul,
- b) Questões relacionadas à integração política nas discussões e encaminhamentos do MERCOSUL; e
- c) Imunidade Tributária na transferência

Curitiba, terça, em 07.12.93

cia de energia elétrica do Paraná para outros Estados da Federação. Uma proposta de Revisão Constitucional.

2 - Os temas e os debates se desenvolveram no Plenário da Assembleia Legislativa com efetiva participação dos parlamentares do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e do Paraná.

a) Pela manhã, tivemos oportunidade de apresentar um trabalho sobre a necessidade de se eliminar - via proposta de revisão constitucional - a imunidade tributária nas transferências de energia elétrica para outros Estados, tendo em vista os malefícios e os prejuízos que traz ao Estado do Paraná.

b) Nas discussões sobre o MERCOSUL, ficou acentuada a necessidade premente de maiores discussões de natureza política envolvendo os parlamentares, tendo em vista o prejuízo que poderá haver com o Tratado do MERCOSUL, se ele permanecer apenas na esfera mercantilista. Defendemos, juntamente com os outros Estados, a necessidade de se fazer do MERCOSUL não um tratado de natureza mercantilista, mas sobretudo uma "comunidade de nações em busca de pleno desenvolvimento social, econômico e cultural".

c) Apresentamos e foi aprovada por unanimidade a proposta de Revisão Constitucional elaborada em conjunto pelo Bloco Parlamentar Municipalista e Associação dos Municípios do Paraná.

d) A próxima reunião ficou marcada para o mês de fevereiro, em Curitiba, quando esta Presidência assume, dentro do sistema rotativo, a Presidência do Conselho Parlamentar do Sul.

Vale ainda destacar o documento final elaborado naquela reunião de Campo Grande.

O Conselho Parlamentar do Sul, por sua representação dos Estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, reunido na cidade de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, cumpre o dever, ao tornar pública a manifestação de fé democrática, reafirmar a convicção de que a Democracia é o único caminho capaz de assegurar ao Brasil o lugar que de direito lhe cabe no conceito das Nações.

Manifestar o total e irrestrito apoio no processo de combate à corrupção, seja ela a qualquer nível e, o empenho na punição dos que, em nome do povo, usam o dinheiro desse mesmo povo, em proveito próprio ou de terceiros.

Manifestar o entendimento de que a Na-

ção Brasileira não pode continuar a mercê da impunidade e do descalabro administrativo. Resgatar a credibilidade dos políticos é imperativo que se faz necessário para a tranquilidade dos homens de bem e para buscar a paz nacional.

O Conselho Parlamentar do Sul, traz o seu apoio às medidas administrativas que buscando o bem-estar do povo, procuram diminuir os bolsões de miséria, com efetiva melhoria da distribuição de renda, com escola assegurada a todos, saúde em nível compatível e um aproveitamento mais racional equilibrado das nossas potencialidades.

- Apoiar a proposta de revisão constitucional, eliminando a imunidade tributária nas transferências interestaduais de energia elétrica;
- apoiar as propostas de revisão constitucional, conforme apresentadas pelo Estado do Paraná e com os encaminhamentos necessários;
- apoiar o projeto do gasoduto, desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso do Sul que, partindo da Bolívia, vai em direção do Sul do País;
- apoiar a realização da Reunião do Conselho Parlamentar do Sul, na Província de Salta, República da Argentina, no mês de março de 1994, em conjunto com a reunião dos Governadores do MERCOSUL.

Finalmente, assegurar o apoio às obras e ações dos Governos Estaduais integrantes do CODESUL, na direção do progresso e desenvolvimento de seus Estados. O Sul do Brasil reafirma a sua crença e a esperança de que, juntos vamos buscar melhores dias para a Nação.

Com o trabalho e esforço de cada um, venceremos.

Mato Grosso do Sul, 06.12.93

Assinam este documento:

Presidente Ivan Roselín da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Presidente Cícero da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul.

Este Presidente em nome da Assembléia Legislativa do Paraná.

Esta Presidência lembra aos Senhores Deputados que fomos ao Mato Grosso do Sul defender a tese da exclusão da Carta Federal da letra B, inciso 10 do Artigo 155 que estabelece a imunidade para as transferências de energia elétrica para outros Estados.

O Estado do Paraná, em levantamentos preliminares que estamos realizando, junto com a Associação dos Municípios, junto com o Bloco Parlamentar Municipalista, junto à COPEL, junto à ELETROSUL, junto à FURNAS e junto à Secretaria da Fazenda, chegou a todos preliminares que indicam que o Paraná em 1992 teve um prejuízo na arrecadação do ICMS, porque ele não é cobrado nes-

sa energia transferida, de duzentos e cinquenta e sete milhões de dólares. Neste ano de 1993, apenas até o mês de setembro, o prejuízo já soma cento e oitenta e dois milhões pela ausência de arrecadação de ICMS na transferência de energia para outros Estados. Isto representa nada menos do que 20% da arrecadação efetiva do nosso Estado.

Por esta razão é que estamos gerenciando junto aos congressistas nacionais para que apresentem emendas, eliminando este dispositivo que impede a cobrança de ICMS na transferência de energia do Paraná para outros Estados, porque outros produtos aqui produzidos, ao saírem do Estado, pagam ICMS e, com isso, dão condições ao Estado para propiciar o seu desenvolvimento social, econômico e dá a população o bem-estar social.

O SR. ÉLIO RUSCH - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na verdade esta manifestação de V. Exa. se refere às perdas que o Estado do Paraná está tendo com a imunidade de transferência de energia elétrica, de combustíveis líquidos ou gasosos ou mesmo de derivados, conforme a Constituição que foi promulgada em 1988 e que com esse dispositivo o Estado do Paraná, sem sombra de dúvida, foi um dos Estados mais prejudicados da nossa Federação.

Nós, que participamos nesse último final de semana, na cidade de Domingos Martins, Espírito Santo, também de uma reunião onde o tema principal foi a questão do ICMS que é gerado por hidrelétricas do nosso País. Foram levantadas, além de questão do crédito aos municípios geradores desse ICMS, também a questão da isenção do ICMS sobre a exportação de energia elétrica de um Estado para outro.

Sabemos que o Estado do Paraná perde. Em números por alto que também temos levantados, como V. Exa. também tem falado, algo em torno de dez milhões de dólares por mês só da transferência da energia elétrica exportada da ITAIPU BINACIONAL de um Estado para outro.

Os municípios que tiveram as suas terras alagadas, por muitas vezes já nos manifestamos aqui da tribuna em relação às perdas e à injustiça que se faz com os municípios impactados por hidrelétricas em nosso Brasil, temos certeza de que, a partir deste instante, a partir das reuniões já realizadas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e agora em fevereiro, aqui em nosso Estado, haveremos de alterar esse dispositivo, retirar, exatamente, a palavra energia elétrica no inciso

X, da letra "b", do Artigo 155, como também a inclusão de um parágrafo 2º no Artigo 161 da Constituição Brasileira que tribute o ICMS a todos os municípios que tiveram áreas alagadas.

Acreditamos, acima de tudo, na sensibilidade dos constituintes que haverão de reformar, alterar a Constituição vigente hoje. Podemos dizer que muitos Deputados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e aqui do Paraná, temos conhecimento que o Deputado Federal Werner Wanderer que foi Deputado Estadual por quatro legislaturas desta Assembléia, já tem apresentado uma emenda na Constituição brasileira que retira a energia elétrica no inciso X, letra "b", do Artigo 155 da Constituição Brasileira, como também uma outra emenda acrescentando o § 2º no Artigo 161 da Constituição.

Parabéns, Senhor Presidente. Temos certeza de que com a sua luta, com ajuda e com a sensibilidade de todos os Deputados haveremos de fazer justiça neste País, principalmente à economia do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Confesso a V.Exa. que constatei, surpreso, o apoio que a Assembléia Legislativa dá à construção do gasoduto pela rota norte.

V.Exa. mencionou que consta da pauta de reivindicações comuns dos Estados que compõem o CODESUL a defesa da construção do gasoduto de importação de gás da Bolívia passando pelo Mato Grosso do Sul.

Data vênia, quero aqui, na condição de Presidente da Comissão que estuda a importação de gás natural da Bolívia, dizer a V.Exa. que está absolutamente claro que o Mato Grosso do Sul foi usado nesse processo pelo Estado de São Paulo, onde houve uma alteração da rota original para que ela passasse pelo Mato Grosso do Sul, Estado que vai consumir pouca energia térmica, mas que na verdade tem, por trás dessa definição da rota, um interesse do Estado de São Paulo que vai ter o ramal tronco entrando pelo Oeste do seu Estado e chegando até Campinas sem custo nenhum para a distribuição do gás no interior de São Paulo, porque é a PETROBRÁS que vai bancar o investimento; enquanto que o Paraná, nesta rota que já está estabelecida, vai ter que bancar às suas expensas todo o sistema de distribuição de gás pelo interior do Paraná.

Estamos questionando esta rota, Senhor Presidente.

O que estranhamos muito, é que o Governo do Paraná, numa reunião, quando ingressou o Estado do Mato Grosso no

CODESUL, aceitou esta rota, aceitou achando que estava beneficiando o Estado pobre que é o Estado do Mato Grosso, mas na verdade estava fazendo o jogo dos paulistas.

Agora, preocupa-me Senhor Presidente, que passemos a aceitar isso. Eu até, na condição de Presidente da Comissão, vou reunir-me amanhã com os demais integrantes, porque não há mais interesse, nessas alturas do campeonato, se a própria Assembléia através da sua Presidência manifesta apoio à rota norte.

Acho até que V.Exa. poderia empreender gestões junto aos demais presidentes das Assembléias do CODESUL para que nós manifestássemos a defesa da construção do gasoduto, mas deixássemos a questão da rota em aberto, até porque nos estamos solicitando audiência com o governo argentino, para ver se o governo argentino não tem interesse na construção da rota passando também pelo território argentino o que poderá ser muito benéfico aos interesses do Paraná.

Então, faço esse apelo e gostaria que V.Exa., num futuro breve, me desse uma resposta sobre essa minha indagação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta

Presidência lhe prestará todas as informações acerca do assunto, já que a maneira e a forma como foi lá discutido e colocadas as questões, não vem de encontro realmente com aquilo que V.Exa. está colocando como preocupação.

Anunciamos a presença do vereador do PMDB de Virmond, Jorge Zukudski e Márcia Miersva, Cartorária também da cidade de Virmond; e a pedido do Deputado Duílio Genari, a presença da Presidenta do Conselho de Segurança de Assis Chateaubriand, Emíliana Lídia Cassandro.

Sobre a mesa, Ofício nº 944/93-G.P. subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1034/93 subscrito pelo Sr. Procurador-Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público. À Direto-

Ofício nº 2038/93 subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimento dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal, em janeiro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2039/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto àquele Tribunal, em janeiro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2046/93 subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 2047/93 subscrito pelos Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto àquele Tribunal, em janeiro de 1994. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - das Proposições nºs 061/93 e 084/93, anexadas por deliberação em sessão do dia 06.12.93. Respectivamente apresentadas pelos Exmos. Srs. Deputado Luiz Henrique Bona Turra e Governador do Estado, sendo esta última através da mensagem

nº 075/93:

- I - Proposição nº 061/93: acresce ao Art. 179 da Constituição do Estado do Paraná, dois novos parágrafos;
- II - Proposição nº 084/93: acresce parágrafo ao Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, na forma de Substitutivo Geral.

EMENDA MODIFICATIVA DA
PROPOSIÇÃO Nº 61/93

Dar nova redação aos § 6º e § 7º, na Proposição nº 61/93, de autoria do Deputado Bona Turra, nos seguintes termos:

"§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 179, inciso IX serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação, previstas no art. 185 da Constituição Estadual.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático escolar e transporte escolar, serão financiados com outros recursos orçamentários, que não aqueles previstos no art. 185 da Constituição Estadual."

Sala das Sessões, em 01.12.93.

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Doutor Rosinha, Heinz Herwig, Rossoni, João Iensen, João Preis, Ernani Pudell, Basílio Zanusso, Edson Silva Lino, Valderi Mendes Vilella, Lourenço Fregonese, Ovídio Constantino, Júlio Bifon, Mário Bezerra e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda tem por objetivo preservar e resguardar as verbas dotadas exclusivamente para a educação, não há que se incluir outras despesas no orçamento específico para o desenvolvimento do ensino.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÕES NºS 61 E 84/93

PARECER:

São submetidas à apreciação desta Comissão, as Proposições nº 61/93 e 84/93, respectivamente apresentadas pelos Excelentíssimos Senhores Deputado Luiz Henrique Bona Turra e Governador do Estado, sendo esta última através da Mensagem nº 75/93.

Aberto o prazo regimental para apresentação de emendas, resultou que à Proposição nº 61/93, foi aposta emenda de Plenário, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Deputados Paulo Maia e Emilia Belin

nati, devidamente subscritas por diversos outros Senhores Deputados, propondo alteração da redação original, de modo a excluir a possibilidade de que os programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático escolar e transporte escolar venham a ser incluídos entre as despesas do orçamento específico da educação.

A este respeito, é de se manifestar que a "mens legis" propiciadora da Emenda Constitucional nº 1, à Constituição do Estado do Paraná, objetivava, exatamente, tal possibilidade, qual seja, a de permitir que nos recursos constitucionalmente destinados pelos Municípios à educação, pudessem ser incluídas tais despesas. O que se busca, com a Proposição em análise, é determinar um "quantum" limitativo para as despesas atinentes aos programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar, de molde a não permitir excessivos desvios de recursos, além do estritamente necessário, vindo a corrigir o lapso existente na atual redação da norma.

Outra questão a ser considerada, de simples correção do texto, é a reinclusão da expressão "médio", que se refere aos níveis de ensino tratados no inciso XI, do Art. 179, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, que existia na redação original do texto constitucional, e que foi omitida quando da aprovação da referida Emenda.

Desta forma, com respeito à Proposição nº 61/93, somos pelo aproveitamento parcial da emenda apresentada à mesma, opinando favoravelmente à aprovação da Proposição, na forma do Substitutivo Geral em anexo, que virá aperfeiçoar o tratamento do assunto.

Quanto à Proposição nº 84/93, também a ela foram apostas três emendas de Plenário, sendo duas no mesmo sentido, subscritas pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Renato Adur e Paulo Maia e Emilia Belinati, buscando alterar as alíneas "a" e "b", do inciso IX, do Art. 27, da Constituição Estadual, enquanto que a terceira inclui artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No que tange às duas primeiras emendas, opinamos pelo acatamento parcial das mesmas, de vez que vem regularizar situações fáticas que ocorrem com frequência, e que passam a causadoras de transtornos administrativos, se mantida a atual situação. Quanto à terceira emenda deixamos de acatá-la, por se tratar de alteração discriminadora, sob o aspecto meritório, além de prejudicar integralmente o sentido dado pelas emendas acatadas.

Como sequência, incluímos, também em Substitutivo Geral anexo, alteração de redação do § 7º, do Art. 133 da Constitui-

ção, de modo a determinar que os orçamentos anuais a serem enviados à apreciação deste Poder, a partir do exercício de 1995, sejam apresentados com o detalhamento das obras a serem realizadas e a respectiva alocação de recursos, o que permitirá aos Senhores Parlamentares, um melhor acompanhamento da execução orçamentária, ainda que a sistemática de elaboração orçamentária venha a se aproximar mais de um modelo analítico.

Desta forma, com respeito à Proposição nº 84/93, opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral já mencionado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO
SUBSTITUTIVO GERAL À
PROPOSIÇÃO Nº 61/93

Artigo Único - Fica alterada a redação do inciso IX, do art. 179, da Constituição do Estado do Paraná e acrescem-se os §§ 6º e 7º, com a redação que segue:

"Art. 179 - ...

IX - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 179, inciso IX, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação previstas no art. 185.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no art. 185, até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários."

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA À PROPOSIÇÃO Nº 84/93

A proposição nº 84/93 passa a ter a seguinte redação, e será incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos seguintes termos:

"Art. 61 - Para o ano de 1994 não se aplicará ao Magistério Público, as regras contidas nas alíneas A e B, inciso IX, artigo 27."

Sala das Sessões, em 01.12.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoiamiento: Luiz Carlos Alborghetti, Valderi Mendes Vilella, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Lourenço Fregonese, Júlio Bifon, Doutor Rosinha, Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Cezar Silvestri, Ovídio Constantino, Antônio Annibelli, Namir Piacentini e João Iensen.

EMENDA MODIFICATIVA

Dar nova redação as alíneas "a" e "b" inciso IX, do art. 27 da Constituição Estadual, nos seguintes termos:

- "a - A realização de testes seletivos, ressalvados os casos de calamidade pública, mediante consulta à Assembléia Legislativa.
- b - Contrato com prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período."

Sala das Sessões, em 01.12.93

(aa) PAULO MAIA

EMILIA BELINATI

Apoiamiento: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, João Iensen, Cezar Silvestri, Rossoni, Heinz Herwig, Ovídio Constantino, Júlio Bifon, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Mário Bezerra, Basílio Zanusso, Lourenço Fregonese, Valderi Mendes Vilella, Carlos Simões e João Preis.

JUSTIFICATIVA:

Estas alterações visam resguardar os princípios de moralidade, publicidade e legalidade de acesso ao serviço público, bem como assegurar procedimentos democráticos o qual, qualquer cidadão mediante concurso, poderá ingressar no serviço público.

SUBEMENDA À CONSTITUIÇÃO

DO ESTADO DO PARANÁ

EMENDA À PROPOSIÇÃO Nº 084/93

As letras "a" e "b" do inciso IX do art. 27, passam a ter a seguinte redação:

- "a - A realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública, convulsão social e imperiosa necessidade administrativa;
- b - contratos com prazo máximo de 2 (dois) anos;"

Sala das Sessões, em 29.11.93

(a) RENATO ADUR

Apoiamiento: Heinz Herwig, Rossoni, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Ademair Traiano, Domingos Carvalho, Luiz Henrique Bona Turra, João Iensen, Nereu Alves de Moura, Antônio Annibelli, Alceu Swarowski, Clei-

ton Kielse, Erondy Silvério, Carlos Simões, Severino Félix, Dirceu Manfrinato, Edson Silva Lino, Eurides Moura e Duílio Genari.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÕES Nºs 61 E 84/93

P A R E C E R:

São submetidas à apreciação desta Comissão, as Proposições nº 61/93 e 84/93, respectivamente apresentadas pelos Excelentíssimos Senhores Deputado Luiz Henrique Bona Turra e Governador do Estado, sendo esta última através da Mensagem nº 75/93.

Aberto o prazo regimental para apresentação de emendas, resultou que a Proposição nº 61/93, foi apostada emenda de Plenário, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Deputados Paulo Maia e Emília Belinati, devidamente subscritas por diversos outros Senhores Deputados, propondo alteração da redação original, de modo a excluir a possibilidade de que os programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático escolar e transporte escolar venham a ser incluídos entre as despesas do orçamento específico da educação.

A este respeito, é de se manifestar que a "mens legis" propiciadora da Emenda Constitucional nº 1, à Constituição do Estado do Paraná, objetivava, exatamente, tal possibilidade, qual seja, a de permitir que nos recursos constitucionalmente destinados pelos Municípios à educação, pudessem ser incluídas tais despesas. O que se busca, com a Proposição em análise, é determinar um "quantum" limitativo para as despesas atinentes aos programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar, de molde a não permitir excessivos desvios de recursos, além do estritamente necessário, vindo a corrigir o lapso existente na atual redação da norma.

Outra questão a ser considerada, de simples correção do texto, é a reinclusão da expressão "médio", que se refere aos níveis de ensino tratados no inciso XI, do Art. 179, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, que existia na redação original do texto constitucional, e que foi omitida quando da aprovação da referida Emenda.

Desta forma, com respeito à Proposição nº 61/93, somos pelo aproveitamento parcial da emenda apresentada à mesma, opinando favoravelmente à aprovação da Proposição, na forma do Substitutivo Geral em anexo, que virá aperfeiçoar o tratamento do assunto.

Quanto à Proposição nº 84/93, também a

ela foram apostas três emendas de Plenário, sendo duas no mesmo sentido, subscritas pelos Excelentíssimos Senhores Deputados Renato Adur e Paulo Maia e Emilia Belinati, buscando alterar as alíneas "a" e "b", do inciso IX, do Art. 27, da Constituição Estadual, enquanto que a terceira inclui artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No que tange às duas primeiras emendas, opinamos pelo acatamento parcial das mesmas, de vez que vem regularizar situações fáticas que ocorrem com frequência, e que passam a causadoras de transtornos administrativos, se mantida a atual situação. Quanto à terceira emenda deixamos de acatá-la, por se tratar de alteração discriminadora, sob o aspecto meritório, além de prejudicar integralmente o sentido dado pelas emendas acatadas.

Como sequência, incluímos, também em Substitutivo Geral anexo, alteração de redação do § 7º, do Art. 133 da Constituição, de modo a determinar que os orçamentos anuais a serem enviados à apreciação deste Poder, a partir do exercício de 1995, sejam apresentados com o detalhamento das obras a serem realizadas e a respectiva alocação de recursos, o que permitirá aos Senhores Parlamentares, um melhor acompanhamento da execução orçamentária, ainda que a sistemática de elaboração orçamentária, venha a se aproximar mais de um modelo analítico.

Desta forma, com respeito à Proposição nº 84/93, opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral já mencionado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

SUBSTITUTIVO GERAL À PROPOSIÇÃO Nº 84/93

Artigo Único - Fica alterada a redação das alíneas "a" e "b", do inciso IX, do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná e acrescido um § 11, alterando-se também o § 7º, do art. 133, conforme segue:

"Art. 27 - ...

IX - ...

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública, convulsão social ou imperiosa necessidade administrativa;

b) contrato com prazo máximo de dois anos.

§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos Três Poderes, inclusive a Magistratura e do Ministério Público, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório, ressalvada a prova didática para cargos do magistério."

"Art. 133 - ...

Curitiba, terça, em 07.12.93

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional integrantes do plano plurianual."

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescentam-se ao art. 179 da Constituição do Estado do Paraná dois novos parágrafos, como seguem:

"§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 179, inciso IX serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático-escolar e transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no art. 185 até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Luiz Carlos Zuk, Lourenço Fregonese, Neivo Beraldin, Geraldo Cartário, Antônio Annibelli, João Iensen, Algaci Túlio, Emilia Belinati, Namir Piacentini, Ovídio Constantino, Nereu Alves de Moura, Cleiton Kiesel, Plauto Miró Guimarães, José Alves, Duílio Genari e Ernani Pudell.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Constitucional faz adequar a Constituição Estadual aos termos do art. 212, § 4º da Constituição Federal e limita o percentual de ingresso dos programas suplementares de material didático escolar e transporte escolar no orçamento educacional.

Decorre do art. 212, § 4º da Constituição Federal que os programas complementares da alimentação e assistência à saúde devem ser financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos suplementares, segurança jurídica que deve expressamente constar do texto estadual. De igual modo, a fim de que o orçamento educacional não sofra perda para a consecução das atividades de natureza-fim, limita-se a dez por cento a possibilidade de ingresso dos programas suplementares de material didático escolar e transporte escolar no orçamento educacio-

nal.

O escopo fundamental da presente Emenda consiste em, a um só tempo, manter o texto recente reformado e manter íntegra, no fundamental, a histórica conquista constitucional de aplicação pelos Municípios de um mínimo de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos nas atividades últimas de educação.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA

A CONSTITUIÇÃO

SUBSTITUTIVO GERAL ÀS PROPOSIÇÕES N.ºS. 61 E 84/93, ANEXADAS POR DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA DA SESSÃO DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993

Art. 1º - Fica alterada a redação do inciso IX, do Art. 179, da Constituição do Estado do Paraná, e acrescem-se os §§ 6º e 7º, com a redação que segue:

"Art. 179 - ...

IX - Atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar e transporte;

§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no Art. 179, inciso IX, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação previstas no Art. 185;

§ 7º - Os programas suplementares de material didático e de transporte escolar, integram o cálculo previsto no Art. 185;"

Art. 2º - Fica alterada a redação das alíneas "a" e "b", do inciso IX, do Art. 27, da Constituição do Estado do Paraná, e acrescido um § 11, alterando-se, também, o § 7º, do Art. 133, conforme segue:

"Art. 27 - ...

IX - ...

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato com prazo máximo de dois anos;

§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos três Poderes, inclusive da Magistratura e do Ministério Público, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório, ressalvada a prova didática para cargos de magistério."

Art. 3º - O § 7º do Art. 133, passa a ter a seguinte redação;

"Art. 133 - ...

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional integrantes do plano plurianual."

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Ademair Troiano, Emilia Belinati.

Está em votação.

O Senhor 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Lembrando que o Artigo 196 do Regimento, diz o seguinte: "será aprovada a proposta pelo processo nominal, que obtiverem em ambos os turnos 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa: 33 votos a favor.

O Deputado ao ser chamado, deverá colocar-se em pé e, se favorável à aprovação das proposições, se pronunciará dizendo SIM; se for contrário se pronunciará dizendo NÃO.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - A título de esclarecimento, existe a Proposição 61/93, acresce ao artigo 179 e a Proposição 84/93 e temos um Substitutivo Geral que engloba as duas Proposições.

Consulto V.Exa. se será apreciada proposição por proposição antes do Substitutivo Geral, ou considera-se, exclusivamente, o Substitutivo Geral?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência já colocou em discussão, agora, o Substitutivo Geral. Sendo ele aprovado, evidentemente, estarão prejudicadas as proposições anteriormente anunciadas. Iremos votar o Substitutivo Geral.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Só para deixar frisado, também, que estamos tratando das Emendas a que se refere o artigo 179, §§ 6º e 7º, artigo 2º da 27, alínea "a" e "b" e também o artigo 3º, § 7º do artigo 133, que faz parte, no tópico do Projeto de Emenda Constitucional. Correto? Porque na Ordem do Dia, item 1, consta Proposição 61/93, acresce ao artigo 179 da Constituição do Estado do Paraná dois novos parágrafos. II) Proposição 84, acresce parágrafo ao artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná. E na Ordem do Dia não constam os artigos, na sua totalidade.

Então, a nossa preocupação se prende a este fato: na votação da Proposição I e II, que o encaminhamento se dê, pelo esclarecimento ao Plenário daquilo que conste, que são três Emendas, neste momento, à Constituição do Estado do Paraná.

Sendo este o entendimento, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, na Sessão de ontem

foram ajustadas a anexação destas propostas. E a Comissão Especial de Reforma à Constituição deliberou, em reunião a apresentação de um Substitutivo Geral a estas proposições. Consta publicado em avulso na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Não, esta observação que fazemos é porque no item I da Ordem do Dia não consta os demais artigos e se refere, apenas a 27 e 179. Quando sabemos que existe, só para deixar claro, não é querer causar confusão, mas apenas esclarecendo esta questão das demais Emendas, que não são citadas. Obviamente que está subentendido que votando o Substitutivo, as três Emendas à Constituição ficam devidamente aprovadas, se assim desejar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Dentro daquilo que estabelece o Substitutivo.

O SR. BASÍLIO ZANUSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, foi oportuno o pronunciamento do ilustre Deputado Maia, para advertir a Casa de que as três Proposições de alteração de Emenda à nossa Constituição, foram reunidas, conforme entendimento prévio das Lideranças desta Casa, num só Parecer da Comissão Especial de Reforma à Constituição.

Permito-me, neste momento, pronunciar-me antecipando meu voto, favoravelmente, "in totum", ao trabalho apresentado pelo Substitutivo Geral da Comissão.

Há uma discussão antiga em relação às despesas com a educação, com o dispositivo que estabelece a obrigatoriedade do município gastar 25% com a educação. Isto foi Projeto anteriormente do Deputado Duzval Amaral e também do Renato Adur, quando dizia que incluía nos 25% do município o transporte coletivo, que é uma grande preocupação dos municípios, especialmente, daqueles cujos territórios são maiores e têm um número maior de estradas. Com isto, evidentemente, as despesas com os transportes são significativas. E aqui, pelo Substitutivo, ficou bem delineado, permitindo-se que a alimentação e a assistência à saúde fossem incluídos nos 25% constitucionais. Mas, persiste, ainda, nos 25% as despesas com o transporte e material didático.

A outra, como já disse o Deputado Paulo Maia, que altera o artigo 27, no inciso IX, letra "d", reivindicação justa do Magistério, particularmente do Magistério, e que pelo dispositivo atual o Governo está impedido de contratar serviços além de um prazo superior de um ano. Embora tenha havido mais de uma emenda sobre o assunto, também aqui o Substitutivo Geral da Comis-

Curitiba, terça, em 07.12.93

são traz de forma clara e sintética, de forma tal que o Estado passará a admitir, se for de interesse do Governo, pelo prazo de dois anos, quando vai para disposições transitórias, mas fica na parte permanente da constituição.

E por último, Senhor Presidente, entendimento das Lideranças, da mesma que eu participei, e com os Senhores Deputados, membros da Comissão de Orçamento, para que os orçamentos previstos no § 2º, incisos I, II e III, e que constarão detalhado e individualizadamente as obras previstas nos seus respectivos custos deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural, regional. Isto é, nos próximos orçamentos desta Casa vai votar consignações com valores, obras previamente estabelecidos, não como se fez até o presente.

Desta forma quero cumprimentar o trabalho elogiável da Comissão Especial, que resulta o meu voto, meu pronunciamento favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Anibal Khury para a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação, lembrando mais uma vez que o Deputado ao ser chamado, deverá colocar-se de pé e responder **SIM** se for favorável; e **NÃO** se for contrário ao Substitutivo que trata das emendas da Constituição.

Atenção, Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência anuncia o resultado da votação: presentes trinta e cinco (35) Senhores Deputados.

Votos **NÃO**: nenhum.

Votos **SIM**: trinta e cinco (35).

Está aprovado em primeira discussão o Substitutivo apresentado às Proposições nºs 61 e 84 de Reforma à Constituição.

A Mesa lembra que concederá agora interstício regimental e a proposição voltará à Ordem do Dia no dia 14, para o segundo turno de votações.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de votação para discussão e votação para o Projeto de Lei nº 712/93, item 8º da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 712/93, de autoria do Tribunal do Contas do Estado do Paraná, que objetiva criar na estrutura do Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado os cargos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, queremos reafirmar o voto contrário da Bancada do PT a esse projeto, porque entendemos que não se justifica a criação de mais 64 cargos, entre cargos técnicos, além de 4 cargos em Comissão, cargos esses de remuneração elevada num momento em que o Tribunal de Contas do Estado vem, sucessivamente, extrapolando os limites do seu Orçamento.

Estamos inchando ainda mais a máquina do Tribunal de Contas. Não houve, sequer, por parte do Tribunal o esclarecimento sobre a quantidade de cargos que atualmente dispõe, o provimento.

E entendemos, portanto, que não cabe, neste momento de austeridade, neste momento em que se discute alternativas para o enxugamento da máquina pública, nesse momento em que a administração pública deve se modernizar procurando a eficiência e maior produtividade dos seus servidores, se criar novos cargos mantendo-se os atuais.

Nesse sentido, nós, da Bancada do PT, entendemos que este projeto caracteriza-se um verdadeiro "trem da alegria", ao qual a Bancada do PT se opõe veementemente.

Porque entendemos que, não estão presentes as condições que determinam a real necessidade da criação desses cargos e os volumosos recursos que serão despendidos dos cofres públicos que poderiam estar sendo alocados em programas sociais, talvez de muito maior necessidade para a população do Paraná.

Registre-se, portanto, o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 712/93. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia.

ITEM 2

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. e CONTRÁRIO da C.C.J. e S.P.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.F.. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA SUBSTITUTIVA APROVADA EM

2.^a DISCUSSÃO.

Neste turno iremos apreciar apenas a Emenda Substitutiva aprovada, já em segunda discussão.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Na C.C.J., ao fazer o voto em separado, apresentei uma emenda substitutiva quando esse projeto tramitou por lá. Essa emenda não foi colocada em votação em Plenário ontem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa que, em entendimento mantido na Sessão de ontem e que está dentro daquilo que estabelece o Regimento da Casa, é de que, aprovada a emenda substitutiva da Comissão de Finanças, que tem preferência na votação, todas as demais emendas estariam prejudicadas.

Iremos apreciar apenas a emenda substitutiva aprovada em segunda discussão.

O DR. ROSINHA - E essa emenda, se rejeitada, as outras voltam?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se rejeitada esta emenda agora, o Projeto todo estará rejeitado.

Está em discussão. Em votação.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Esse substitutivo apresentado, vem a corrigir o que tinha sido levantado anteriormente.

As Comissões que foram ouvidas anteriormente, solicitaram ao Departamento Estadual da Polícia Científica informações. E o Departamento Estadual da Polícia Científica mandou as informações e está muito claro, está escrito de forma irrefutável que o gás lacrimogêneo não se constitui em material bélico, mas sim um produto químico agressivo.

Dizem os relatores que não poderiam legislar no que diz respeito a material bélico.

Mas o próprio Exército, através de sua publicação, a própria Polícia Científica do Estado do Paraná reconhece no gás lacrimogêneo um produto químico e não um material bélico.

Portanto, a Assembléia Legislativa deve e pode legislar em razão disto.

E mais, na consulta formulada são dois tipos de gases que hoje são usados como produto químico. Um deles é chamado de CN que é o cloroacetofenona e outro CS - o ortoclorobenzalmanonitila.

Estes produtos apresentam vários efeitos (Lê):

AÇÃO FISIOLÓGICA

CARACTERÍSTICAS DOS AGENTES CN E CS

	CN	CS
Olhos	Sensação de queima e pesado fluxo de lágrimas.	Sensação de queima e pesado fluxo de lágrimas. Os olhos fecham involuntariamente.
Pele	Sensação de alfinetadas ou queima nas áreas molhadas.	Sensação de alfinetadas ou queima nas áreas molhadas. Bolha na pele em pesadas concentrações (Ct 14.000). Queimaduras de 2º grau aparecem após 14/16 hs.
Nariz	Irritação e sensação de queima.	Irritação e sensação de queima. Corrimento nasal (coriza).
Boca	Salivação	Salivação
Peito	Nada notado	Irritação e sensação de queima. Tosse e aperto no peito. Sensação de sufocação, acompanhado de pânico.
Sistema gastro-intestinal	Náuseas em altas concentrações ou exposições prolongadas.	Náuseas, vômitos, especialmente em pesadas concentrações ou em exposições prolongadas.
Sistema nervoso	Dor de cabeça	Dor de cabeça, tortura e giros na cabeça. Sensação de mal estar nas primeiras 24 hs. Presença por vários minutos em algumas pessoas.

O uso deste gás, conforme a Polícia Técnica do Estado do Paraná, pode ser letal.

No entanto, quando apresentamos o nosso Substitutivo foi simplesmente para fazer a correção da maneira como está sendo votado, dizer que é proibido pela Polícia Civil usar gás lacrimogêneo em concentrações de massa - por favor, a Polícia Civil não atua em concentrações de massa, quem é a Polícia Militar.

E recordando o caso dos professores aqui em frente à Assembléia, quando vários professores foram vítimas de queimaduras. É por isto que queremos a aprovação da Emenda Substitutiva apresentada na Comissão de Segurança e Justiça. Isto aqui é inócuo e, aprovar o inócuo, não tem razão, não tem por quê.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda Substitutiva aprovada em 2.ª Discussão ao Projeto de Lei 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. **Aprovada.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Registro a inocuidade de tal projeto, uma vez que se fez a vontade da maioria e a maioria quer legislar sobre o inócuo.

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 323/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que dispõe sobre recursos provenientes do Sistema de Estacionamento Regulamentado (ESTAR), conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por dez (10) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 323/93, por 10 (dez) sessões.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Apresentamos este Requerimento em respeito ao Deputado Luiz Carlos Zuk - que não se faz presente nesta Casa por motivos óbvios - mas o projeto do Deputado Zuk - já existe um projeto similar na Casa - que foi aprovado por este Plenário e rejeitado, vetado pelo Senhor Governador do Estado e apreciado o veto, na Casa.

Estamos solicitando a retirada por dez sessões e gostaria que o Líder do PDT entrasse em contato com o Deputado Zuk, na oportunidade, para ver se ele mesmo, autor do projeto, pode fazer a retirada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em

votação o requerimento de adiamento de votação.

Aprovado e Adiado.

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/93, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que dispõe sobre a destinação, aos não fumantes, de no mínimo 50% do total dos lugares de restaurantes, lanchonetes e assemelhados localizados no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/93, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no pólo educacional do Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.A.I.C. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual, Ensino de 2º Grau, no Município de Ibaiti. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que dispõe sobre a aposentadoria de professores da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.E.C.E. e CONTRÁRIO da C.C.J.

O projeto já recebeu 1.ª votação e o processo de votação será na forma tradicional.

Os Senhores Deputados favoráveis permanecem como estão. Os contrários, levantem-se.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, os lotes que especifica, situados na sede do referido município e de propriedade do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Anexo Projeto de Lei nº 129/93, de autoria do Deputado Toti Colaço - Requerimento aprovado em 15.06.93. (Publ. no DA. nº 73, de 07.06.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 233/93

P A R E C E R:

Requeru o nobre Deputado Toti Colaço, através do Projeto de Lei que recebeu o n° 129/93, fosse o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município recém-criado de Farol, determinada área de terras de 20.000 m² constantes das datas da quadra n° 2 e da quadra n° 7, situadas no Perímetro Urbano do referido Município de Farol e registrada no 1° Ofício da Circ. Imobiliária de Campo Mourão.

Sua Excelência citou em sua proposição como objeto da doação as transcrições 30845 e 30846.

Coincidentemente o Poder Executivo Estadual, através da Mensagem 022/93, que transformou-se na presente proposição de n° 233/93, corrige a discriminação dos imóveis, pelo menos um deles, e esclarece que o donatário receberá os imóveis constantes da matrícula n° 15.572, e da transcrição n° 30.846.

Requeri a anexação da Proposição n° 129/93.

Evidencia-se que a Lei n° 9.528, de 08/01/91, que estabelecia a finalidade da doação, é revogada expressamente no art. 3° deste projeto.

Isto posto, porque inexistiu eivo de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade somos de parecer favorável ao encaminhamento deste Plenário, requerendo-se o arquivamento da Proposição n° 129/93, do nobre Deputado Toti Colaço.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 233/93

MENSAGEM 22/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental n° 22/93, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Farol os Lotes que especifica, situados na sede do referido município e de propriedade do Estado.

No aspecto constitucional e legal, a proposta foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma. No âmbito desta Comissão, a matéria encontra-se justificada, inexistindo qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
JOSÉ ALVES - Relator

Curitiba, terça, em 07.12.93

A Presidência, de ofício, adia a votação desse projeto, porque, segundo informações da assessoria da Mesa e da Coordenadoria das Comissões, projeto de lei no mesmo sentido já foi aprovado por esta Casa, e lei no mesmo sentido já foi sancionada e publicada no Diário Oficial.

A Mesa retira o projeto da Ordem do Dia para as devidas averiguações.

ITEM 10

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 715/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 102/93, que aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 1.351.500.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões, e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica (Secretaria de Estado dos Transportes). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 171, de 02.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 715/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 1.351.500.000,00, conforme especifica.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação tanto regimentalmente, quanto legalmente.

Assim sendo, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 715/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 102/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 1.351.500.000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões, e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica. Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Quero encaminhar contrário a esse pedido de suplementação, porque aparentemente, as Mensagens do Governador do Estado, solicitando as suplementações nesse final do ano legislativo, está se assemelhando ao Baile da Ilha Fiscal que precedeu a queda do Império.

O Governador do Estado se elegeu com um discurso anti-rodoviarista, aliás, o Estado do Paraná hoje, tem a segunda malha rodoviária do país que custou recursos da sociedade paranaense para um programa de construção de estradas, talvez excessivamente deixando outros setores a descoberto.

O Governador do Estado disse que vinha ao poder, para trabalhar pelos pobres, os humildes, etc, etc, tinha como prioridade o programa habitacional, que até agora vinha vindo razoavelmente, com aplicação substancial de recursos, e agora, no final da festa, a coisa parece que está descambando.

Vejam os Senhores Deputados que o Governo do Estado pretende a suplementação de um bilhão, trezentos e poucos milhões de cruzeiros reais, um trilhão e trezentos de cruzeiros antigos, e vai aplicar o grosso deste dinheiro na construção de rodovias.

Vejam só, rodovias. Parece que os empreiteiros começam de novo a mandar no Governo.

Vejam de onde se tiram recursos: 738 milhões da COHAPAR, programas ligados ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná. Então não é possível que no final do ano venha uma Mensagem que, pelo volume de dinheiro, praticamente transforma este final de Governo num Governo Rodoviário.

Começo a suspeitar que quem está governando não é mais o Governador. Penso que é uma turma que está usando descaradamente, pelo Interior do Paraná, recursos rodoviários para fazer campanha, pressionar prefeitos e assim por diante.

Cancelam-se aqui programas importantes, adequação de estradas rurais, programas ligados ao BIRD, estradas coletoras, uma série de programas que refletiam obras mais simples, porém necessárias, para que o Paraná desse condições às populações da zona rural permanecerem no campo.

Retiram-se programas de preservação ambiental neste Estado que tem problemas seriíssimos, que já teve praticamente toda sua cobertura vegetal dizimada, seus rios poluídos, problemas de saneamento de toda a ordem, enfim, estes programas que estão tendo cancelados os recursos, são programas que dizem diretamente respeito à qualidade de vida do povo do Paraná.

Um Governo que se pretende de esquerda, democrático, investe no seu povo, e

não para encher o bolso de empreiteiras, e nem para utilizar recursos públicos para transformar o Estado num grande comitê eleitoral para fazer chantagens com Prefeituras e caixinhas com empreiteiras.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, votamos contra esta Mensagem.

Está na hora de o Poder Legislativo do Paraná, dizer "não", um "basta". Ou isto aqui se comporta como um Poder, ou não é mais possível continuar as coisas como estão.

Encaminho voto contrário da bancada do PT a este pedido de suplementação, sem maiores esclarecimentos, sem uma justificativa convincente para o cancelamento de programas sociais e, principalmente, vem com o apagar das luzes deste ano legislativo.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente,

quero encaminhar contrário à manifestação do Líder do PT, porque desconhece o mesmo que há poucos instantes um dos seus liderados assina uma emenda para fazer exatamente o contrário do seu discurso, que é prejudicar a lei dos "royalties" ecológicos que preserva o meio ambiente.

Encaminhar contrário para dizer ao Líder do PT que ele desconhece a importância das obras que estão sendo feitas na Região Metropolitana e no Estado do Paraná.

Particularmente posso relatar com mais detalhes a Região Metropolitana. Exemplo: uma obra importantíssima, que é a ligação asfáltica de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo, que vai ajudar o escoamento da produção numa importante região do Estado.

Desconhece, o Líder do PT, a importância da obra da Rodovia da Uva, que liga Curitiba ao Município de Colombo.

Desconhece a Liderança do PT, a importância da Avenida Maringá que liga Pinhais a Colombo, ligando o sistema de transporte coletivo. Desconhece, talvez, o Líder do PT, a importância da obra João Leopoldo Jacomel; desconhece a importância da obra da avenida das Torres, da Rui Barbosa, do Contorno Norte e de tantas outras obras fundamentais para o bem-estar de um quarto da população do Estado do Paraná que vive aqui na região metropolitana.

É muito fácil discordar sem numerar as obras que estão sendo feitas. É muito simples dizer que os empreiteiros estão enriquecendo e que uma nova caixinha se está fazendo no Estado.

No entanto, é preciso percorrer as obras, é preciso ver os projetos do DER, é preciso ver aquilo que se está fazendo e não simplesmente lançar acusações fáceis como vem fazendo e como vem acontecendo no País, apesar, evidentemente, da grande vergonha nacional que vi-

ve o País, não preciso relatar os fatos que ocorreram, mas no Paraná não acontece isso.

O Governo do Paraná é um governo equilibrado. As contas, as finanças públicas são equilibradas e a intenção do Governo é realizar as obras prioritárias.

E mais, aproveito este momento para cumprimentar o vice-Governador e Secretário dos Transportes que vem realizando um trabalho exemplar, digno de nossos aplausos na Assembléia Legislativa.

Se erros, eventualmente, houver, que sejam relacionados, apontados com mais clareza, porque simplesmente acusar por acusar não cabe.

O SR. RENATO ADUR - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, não vamos questionar as acusações do Deputado Pudell, porque entendemos que são acusações medíocres, muito medíocres para nos ocuparmos disso.

Uma acusação, Deputado Ernani, muito medíocre para uma pessoa, um Deputado, um Parlamentar da postura de V.Exa.

Então, limito-me, Senhor Presidente, a não comentar a questão da imposição e dessa contestação do Deputado Ernani Pudell.

Entretanto, gostaria aqui, Senhor Presidente, de chamar a atenção da Liderança do PT e do PDT, dos outros partidos, de um acordo de liderança feito nessa segunda-feira na Presidência da Casa.

A Liderança do Governo tem por costume cumprir com os compromissos e com o que é acordado aqui nesta Casa. Estranho muito o casuísmo de, após votarmos uma matéria de emenda constitucional que é de interesse de todos os trabalhadores do Paraná, entendemos, e era de interesse também do PT e do PDT, e agora que estamos votando uma suplementação, tudo de acordo com o que havíamos combinado anteriormente, o PDT e o PT se evadem do local.

É muito feio uma situação dessa natureza, tomar atitudes desse jeito, Senhor Presidente.

Queria fazer um apelo ao PT e ao PDT para que cumpram o que foi combinado, porque, mesmo sendo minoria, pode se ter dignidade.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Causa-me até inveja o Deputado Ernani Pudell. Acredito que ele mora, que tem trafegado por uma região onde as estradas têm melhores qualidades.

Na verdade o Governo Requião, afirmou que o seu governo não seria um governo de

Curitiba, terça, em 07.12.93

construções de estradas, mas o governo tem a responsabilidade de que a população tem que ser respeitada, tem que ter condições de ir e vir. Isto tem sido um trabalho executado diretamente pelo DER.

O Mário Pereira, vice-Governador, esse grande homem público, vem fazendo com que no Estado do Paraná venham sendo recuperadas as suas estradas que eram, praticamente, intransitáveis. Na verdade, alguns trechos ainda estão com dificuldades.

O Governo, na verdade, Pudell, destinou muito pouco dinheiro para que o DER fizesse o trabalho importante que foi feito, uma economia que nós conhecemos extraordinária, porque se o Governo fosse empreitar as grandes empreiteiras, naturalmente, nós estaríamos andando nos buracos ainda com alguns trechos corrigidos. Mas da forma como foi feito, o DER teve um trabalho extraordinário em todo o Estado do Paraná, fazendo recuperação com economia. Falo isso com tranquilidade, porque principalmente na nossa região no Vale do Ivaí, onde as estradas estavam totalmente danificadas, hoje já se encontram em ótimas condições.

Na verdade o Governo não está fazendo ou não irá fazer grandes estradas, mas são pequenas pontes que estão sendo distribuídas com abundância para o interior a fim de que a gente possa na agricultura trafegar, ir e vir, fazer com que a população tenha mais tranquilidade. E isto custa muito dinheiro.

Eu acho que a liberação de um volume de dinheiro razoável pela importância que tem, pelo trabalho que tem feito Mário Pereira junto à sua Secretaria para que ele possa cumprir as obras que ele está realizando.

Eu parablenizo esta decisão.

Não posso aceitar, de forma nenhuma, a opinião do nosso colega Pudell.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, eu também não poderia de forma e hipótese alguma, deixar de encaminhar esta matéria e também poder rapidamente, não concordar com as colocações feitas pelo eminente Parlamentar Ernani Pudell, a quem eu tenho um grande respeito, uma grande amizade, pelas acusações postas aqui ao nosso Governador Roberto Requião, ao nosso Secretário dos Transportes e vice-Governador Mário Pereira, quando coloca em dúvidas a administração do Governador e, muito especialmente, a administração do nosso vice-Governador Mário Pereira.

Portanto, meu prezado amigo, se assim posso chamá-lo, Deputado Ernani eu quero deixar registrado aqui a minha contestação, a minha não-concordância quando coloca dúvidas com relação à idoneidade, à hon-

nestidade do nosso Governador, principalmente do nosso vice-Governador Mário Pereira.

Acompanhando um gancho do Deputado Neivo Bezaldin quando ele colocava do desconhecimento do eminente Parlamentar, Deputado Ernani Pudell, do seu desconhecimento das estradas da importância da região metropolitana, eu também queria dizer que parece que V.Exa. também desconhece a importância que tem a FERROESTE neste Estado, o que representa a construção dessa FERROESTE para todo o Oeste do Paraná, para o seu desenvolvimento, para o seu crescimento.

Não querendo nem falar em pontes, nem construção de estradas, mas eu também queria dizer ao nobre Deputado que V.Exa. também desconhece as dificuldades por que passa o Município de Inácio Martins que até hoje não tem uma via asfaltada e lá habitam paranaenses que contribuem e continuam contribuindo e muito para o desenvolvimento do Paraná. V.Exa. também desconhece as dificuldades que tem o povo de Ixati e São Mateus do Sul, o trecho de 55 quilômetros que ainda não tem uma ligação asfáltica, o trecho Guaragi e Teixeira Soares, um trecho de 25 quilômetros, que também não tem uma via asfaltada, o trecho de Ixati-Ibituva que está sendo executado agora por uma administração direta, sem empreiteiras, o próprio DER está executando através de sua equipe técnica, de muita competência, onde somente parte da terraplenagem será executada por empreiteiras.

O nosso Governador, realmente, havia dito em campanhas que o seu grande discurso não era estrada, mas ao mesmo tempo ele desencadeou, através dos seus programas de governo, procurou atender a todos os segmentos da sociedade, principalmente as famílias mais empobrecidas do nosso município. Se assim não o fizéssemos não estaríamos hoje com praticamente mais de 40 mil casas populares esparramadas em todos os recantos do nosso Estado.

Teríamos o saneamento rural colocado em centenas de comunidades esparramadas dentro do Estado do Paraná. Nós não tínhamos uma isenção de tributos da cesta básica para baratear o custo do nosso trabalhador, isenção esta até questionada hoje, mas são mais de 170 mil pequenas empresas que hoje também não pagam seus impostos, são isentas, para facilitar a vida do pequeno. Me parece que o nosso governador, atendendo a todos os seus programas, chega o momento é claro de investir no setor rodoviário e o Secretário Mário Pereira, que nós temos orgulho de chamar de nosso vice-Governador e nosso Governador, porque Mário Pereira é uma pessoa inatingível, inatacável dentro do Estado do Paraná, pela forma com que conduz a administração de

sua pasta e pela forma com que trata todos os segmentos da nossa sociedade.

Já esteve à frente do Poder Executivo por diversas vezes, mas à frente da Secretaria dos Transportes tem sido um exemplo de homem público pela sua postura, pela sua fraternidade e pela forma tão carinhosa que trata a todos, sem discriminação e agora é claro chegou o momento do Paraná dar um avanço e realmente, esses recursos vão ser para concluir obras e iniciar obras que nós precisamos, principalmente o Sul do Estado do Paraná, que há tanto tempo Deputado Ernani, há muitos e longos anos, nós estamos aguardando o início e a construção desse alfalto que eu acabei de falar.

Desta forma meu encaminhamento, Senhor Presidente, é favorável e se pudesse votar uma, duas ou três vezes, assim o faria.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente...

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quantos oradores são permitidos para encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estamos concedendo a palavra àqueles que haviam se inscrito previamente junto a Mesa.

O Deputado Nereu Moura é o último inscrito para encaminhamento de votação.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, contestar, discutir, divergir é de fato praticar a democracia. Agora fazer denúncias, colocações infundadas e levianas, isso não corresponde à prática leal, à prática da democracia.

Vir aqui o Deputado do Partido dos Trabalhadores, a quem nós respeitamos, fazer denúncias levianas contra este governo, que tem tido uma postura de seriedade, de honradez à frente dos negócios públicos do Estado do Paraná. Não podemos concordar e sobretudo, com relação à Secretaria dos Transportes.

É só visitar o Oeste e o Sudoeste do Paraná, os quadrantes deste Estado que se perceberá que é um governo sério e que faz obras, que atende os interesses do nosso Estado.

Lá no Oeste o Deputado Ernani Pudell, ao visitar a sua querida Cascavel, com certeza, nos finais de semana, vai ver a execução da FERROESTE, uma obra fantástica e de fundamental importância para nossa região. Vai ver lá em Guaíra, a construção da ponte de Guaíra. Vai ver que aqui no Sul do Paraná se faz uma obra de fundamental importância para o nosso Estado que é a duplicação da Estrada de Garuva e além disso, Senhor Presidente, são mais de 3

mil quilômetros de rodovias com pedras políedricas em execução no nosso Estado. É uma enormidade de pontes, todas elas em parceria com as prefeituras, sem o dedo de empreiteiras, sem a participação, muitas vezes nefasta e que prejudica o Poder Público, sem o dedo do empreiteiro corrupto e safado, como nós vemos neste País. No Paraná não se pratica isso, muito menos na Secretaria dos Transportes, aonde existe um governo com intenção clara de fazer com que as obras aconteçam para atender os interesses de nosso Estado e é, por isso que nós não podemos ouvir calados a denúncia vil, vã, torpe, contra um Governo que se preocupa em atender os interesses do nosso Estado. E partindo de um Deputado! Existem Deputados do PT na Comissão de Constituição e Justiça! Tem Deputados do PT na Comissão de Finanças e que não participaram da reunião, quando nós fizemos, para dar parecer nesta verba suplementar. Agora é fácil vir jogar dúvidas com relação a este Governo que bem orienta o nosso Estado, rumo ao desenvolvimento e ao progresso.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Esclarecer o acordo de Lideranças, para ficar muito claro de que a Liderança do PT concordou com a colocação na Ordem do Dia dos projetos de suplementação. Obviamente que a Bancada tem todo o direito de analisar estes projetos e emitir o seu voto de acordo com a posição política, partidária e do interesse do Estado.

Só quero esclarecer o seguinte, Senhor Presidente: estou cansado de ouvir o discurso que procura confundir interesses da sociedade, do povo, com interesses de grupo. Nós estamos aqui, achando muito estranho, que nós estamos cancelando...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita que V.Exa. conclua a Questão de Ordem, porque já encaminhou a votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Questão de Ordem) - A minha Questão de Ordem é a seguinte: todo mundo fez discurso, aqui, dizendo que o Governo é honesto, que tudo é uma calúnia, que estas suspeitas, estas injustiças, mas está se cancelando, aqui só, conservação de estrada rural, estrada vicinal, para construir rodovia!

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - O Deputado Ernani, com todo o respeito, não se fazia presente na reunião das Lideranças, na segunda-feira. Portanto, ele não está autorizado a emitir as suas opiniões. Com todo o respeito ao Deputado Ernani. O acordo foi feito com o Deputado Ovídio, Deputado Paulo Maia. E todos os assuntos

Curitiba, terça, em 07.12.93

polêmicos daquela reunião, ficou acertado que nós deixaríamos para uma próxima reunião, e não entraria na pauta. Só viriam para a pauta os assuntos que estivessem acordados entre as Lideranças. Portanto, não podemos entender uma atitude desta natureza. A não ser por uma única razão: que o PT e o PDT estejam forçando uma prorrogação dos prazos das Sessões da Assembléia Legislativa, por quererem, talvez até, forçar uma convocação extraordinária por causa dos "jetons"!

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Lei nº 715/93. APROVADO.

O SR. ERNANI PUDELL - Peço Verificação de Votação.

O SR. RENATO ADUR - Requeremos chamada nominal.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só lembrar ao ilustre Deputado Líder do PMDB nesta Casa que o PT nunca recebeu "jetons". Ele, ao que me consta, recebeu todos!

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, inicialmente eu gostaria de registrar a presença do Prefeito Taketoshi Sakurada do Município de Tuneiras do Oeste, acompanhado do ex-Prefeito, Dr. Dirceu Bonetti e a presença do empresário de Cianorte, Sr. Carlos Roberto Alves.

Senhor Presidente, apenas para preservar a integridade dos Srs. Deputados, eu faria um apelo aos Deputados da Oposição, em razão de estarmos já no dia 07, uma vez que o recesso desta Casa está previsto, constitucionalmente, para o dia 15 deste mês, eu faria um apelo à Oposição para que voltassem ao Plenário para que nós votássemos estas matérias, exatamente para que esta Casa não seja convocada e que os Deputados não sejam achacados pela demagogia do PT, quando diz que a convocação é por interesse nos "jetons". Aqui está, para provar, Deputado Ernani Pudell, a V.Exa., que Vossa Excelência convoque o seu Partido e os demais Partidos, porque nós não pretendemos a convocação extraordinária! Nós queremos votar as matérias dentro do prazo previsto.

Muito obrigado.

Vossa Excelência não pode falar nada, porque Vossa Excelência está fora do Plenário!

Vossa Excelência está fora do Plenário! Vossa Excelência está se escondendo, Dr. Rosinha! V.Exa. está ferindo o Regimento Interno!

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença nesta Casa do jornalista Lourival Neves, Ex-Vereador de Cascavel, e hoje proprietário da Rádio Integração de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Deputado Eurides Moura para a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Eurides Moura) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - É para anunciar, Presidente, também a presença nesta Casa, visitando a Assembléia, Miguel Hamilton Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Urbanitários do Paraná e os Diretores desse mesmo Sindicato, César Vieira Sanches, Joaquim Alves Paiva, Alencar Amorim Fernandes e também de Hélio Alcântara, Evaldo, Batista Soares, Diretores do Sindicato dos Urbanitários de Londrina. E também Pedro Paulo Barbosa Resende e José Cecílio, Diretores do Sindicato dos Urbanitários de Cornélio Procopio.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Também, Sr. Presidente, para registrar a presença neste plenário do Prefeito de Inácio Martins, Dr. Eugênio Mazzepa; do Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, João Batista Bello, e do Sindicalista Ronaldo Vinklän.

A presença dos ilustres visitantes é uma honra para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

A Mesa informa que na chamada nominal responderam vinte e dois senhores Deputados, não havendo quórum para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Pode

constar na chamada Dr. Rosinha, Emilia Belinati, Paulo Maia, Ovídio Constantino, para demonstrar que não é a Oposição que não dá quórum nesta Casa, porque mesmo que ela permanecesse aqui não teria quórum suficiente para aprovação.

Isto foi importante, esta demonstração.

(Discussões Paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

Item 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a Discussão.

PROJETO DE LEI Nº 716/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.

(a) PODER EXECUTIVO

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01		I
I ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I

I I		I INATUREZA I I I		I IN. DO I		I
I CODIGO I		I DA IFTIDI		I VALOR		I IPROCI
I I		I DESPESA I IRI		I		I ICOP I

I 0900 ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO		I I I I		I		I I
I I		I I I I		I		I I
I 0901 IGABINETE DO SECRETARIO - CASA		I I I I		I		I I
I ICIVIL		I I I I		I		I I
I 2758 IAPOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL		I I I I		I		I I
I A IE CULTURAL		I 4331.00I00I I I		22.000.000		I 1482 I

T O T A L I				22.000.000		I

CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	I	INATUREZA	IL I		IN. DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 0902	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA	I	I I I		I I
I	ICIVIL - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I 1005	IINVESTIMENTO PARA PRODUCAO E	I	I I I		I I
I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	I	I I I		I I
I	I- COPEL	I 4140.00	I00IRI	22.000.000	I1482I
T O T A L		I		22.000.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO I I I		FL. 02	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	I	INATUREZA	IL I		IN. DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
I 1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	I	I I I		I I
I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	I I I		I I
I	ICOPEL	I	I I I		I I
I 2850	IGERENCIAHENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E ADIO	I	I I I		I I
I	IOPERACIONAL DA COPEL	I 4361.00	I00IRI	22.000.000	I1482I
T O T A L		I		22.000.000	I

REDUÇAO		ANEXO IV		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL				
12521 49 00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	22.000.000		
TOTAL			22.000.000		

PROJETO DE LEI N° 716/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 108/93, o Projeto de Lei n° 716/93, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 716/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mens. n° 108/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar de vinte e dois milhões de cruzeiros reais ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Item 12.

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 717/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 104/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.624.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 717/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 9.624.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI	PROCI	ICOF
I	I	I DA	IFTIDI	I	I	I	I
I	I	IDESPESA	IRI	I	I	I	I
I 3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I	I	I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
I	I	I	I I I		I	I	I
I 3472	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I	I I I		I	I	I
I 2771	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I	I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DO	I	I I I		I	I	I
I	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I 3120.00	I50ILI	5.000.000	I4371	I	I
I	I	I 3132.08	I50ILI	3.424.000	I4371	I	I
I	I	I 4120.00	I50ILI	1.200.000	I4371	I	I
T O T A L				I	9.624.000	I	I

ACRESCIMTO DA RECEITA		ANEXO II	FL. 01	CR\$ 1,00 (REAL)
ANEXO				
COODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA			
11392 99 00	Rendimentos sobre Recursos Diversos	30	9.624.000	

COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA
MENSAGEM N° 104/93
PROJETO DE LEI N° 717/93

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental n° 104/93, objetiva a autorização desta Casa para abertura de crédito suplementar, no valor de Cr\$ 9.624.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná, para atender a despesas de manutenção e aquisição de equipamentos à referida unidade, utilizando-se de recursos, para cobertura da programação decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a proposição em tela atende às normas constitucionais pertinentes, razão pela qual somos de parecer favorável à aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 02.12.93.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JÚLIO BIFON - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 717/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mens. 104/93, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 9.624.000,00, ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná.

Tendo recebido parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 718/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 107/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros reais), conforme especifica. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 718/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.
(a) PODER EXECUTIVO

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
I ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I	
</							

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1,90 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR		
2521.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	15.000.000
TOTAL			15.000.000

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 718/93

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 15.000.000,00 ao Orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento.

Visando transferir recursos aos Municípios de Guaratuba, Matinhos e Paranaguá para a implantação da Operação Verão, os recursos são decorrentes de cancelamento de dotação da SANEPAR.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aaa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 718/93

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mens. 107/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de quinze milhões de cruzeiros reais.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 719/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 105/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de cruzeiros reais), conforme especifica. (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 719/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL. 01

CR\$ 1,00 (REAL) I

ANEXO

UNIDADE

ESPECIFICAÇÃO

INATURALIZADA

DA

IFTIDI

VALOR

IN. DOI

IFRCCI

IDESPESA I

IRI

ICOP I

4000 SECRETARIA DE ESTADO LOM
TRANSPORTES - ENTIDADES
VINCULADAS

4001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
PARANAGUÁ E ANTONINA

4002 INTERCOMUNICAÇÃO DE SERVIÇOS
COMUNICATIVAS

3132.0815011 970.000.000 115901

970.000.000 I

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO

FL. 01

CR\$ 1,00 (REAL) I

UNIDADE

ESPECIFICAÇÃO

INATURALIZADA

DA

IFTIDI

VALOR

IN. DOI

IFRCCI

IDESPESA I

IRI

ICOP I

4000 SECRETARIA DE ESTADO LOM
TRANSPORTES - ENTIDADES
VINCULADAS

4001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
PARANAGUÁ E ANTONINA

4002 INTERCOMUNICAÇÃO DE SERVIÇOS
COMUNICATIVAS

4120.0015011 970.000.000 115901

4120.0015011 970.000.000 115901

970.000.000 I

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 719/93

P A R E C E R:

Objetiva a Mensagem em tela a autorização desta Assembléia, para abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 970.000.000,00, ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, visando atender as despesas com serviços de terceiros, referentes à movimentação de carga e descarga de mercadorias e aos serviços de dragagem do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, cobrindo-se a referida programação com recursos decorrentes de cancelamento de dotação da própria unidade.

Constitucional, jurídica, técnica e regimentalmente, não encontramos obstáculos à tramitação da matéria, oferecendo-lhe parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 719/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mens. n° 105/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de cruzeiros reais).

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 15

Estado do Paraná

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 721/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 109/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 209.937.080,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e oitenta cruzeiros reais), conforme específica. (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 721/93
A Assembléia Legislativa do

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 209.937.080,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e oitenta cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexos II e III desta lei.

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01		I
I ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I
-----*						
I I		INATUREZA I		ILI		I
I CODIGO I		I DA I		IFTIDI		I VALOR
I I		I DESPESA I		I IRI		I ICOP I
-----*						
I 3900 I		I SECRETARIA DE ESTADO DA		I I I I		I I
I I		I AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO		I I I I		I I
I I		I I		I I I I		I I
I 3907 I		I DEPARTAMENTO DE PECUARIA		I I I I		I I
I 2709 I		I APOIO A PRODUÇÃO ANIMAL		I 3132.08 I 00 I I		I 209.937.080 I 11578 I
-----*						
		T U T A L I		209.937.080		I
-----*						

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 02	
ANEXO						CR\$ 1,00 (REAL)	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	
I	I	DESPESA	I	IRI		IPROCI	ICOP I
3906	DEPARTAMENTO OPERACIONAL DE	I		I I I		I	I
	I AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I		I I I		I	I
1041	IREVITALIZACAO DA CAFEICULTURA NO	I		I I I		I	I
	IPARANA	I	3132.08	I00IRI	4.498.000	I1578I	
		I	3132.08	I07ILI	2.419.000	I1578I	
		I	3132.08	I07IRI	4.354.000	I1578I	
2669	IDESENVOLVIMENTO FLORESTAL	I		I I I		I	I
	I INTEGRADO - SEAB	I	3132.08	I00IRI	2.392.000	I1578I	
		I	3132.08	I07ILI	945.000	I1578I	
		I	3132.08	I07IRI	1.701.000	I1578I	
2704	IMANEJO INTEGRADO DE SOLOS E AGUA	I	3132.08	I07IRI	15.520.000	I1578I	
T O T A L					I 209.937.080	I	

CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 02	
ANEXO						CR\$ 1,00 (REAL)	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN. DOI	
I	I	DESPESA	I	IRI		IPROCI	ICOP I
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I I I		I	I
	I AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I		I I I		I	I
	I ENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I	I
	I	I		I I I		I	I
4081	ICOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO	I		I I I		I	I
	I AGROPECUARIO DO PARANA - CODAPAR	I		I I I		I	I
1868	I ARMAZENAGEM - FRAPEM/BIRD/SDR -	I		I I I		I	I
	ICO DPAR	I	4110.00	I37IRI	26.946.000	I1578I	
4082	I INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA -	I		I I I		I	I
	IIAPAR	I		I I I		I	I
1039	I PROTECAO AMBIENTAL -	I		I I I		I	I
	IPRAPEM/BIRD/SDR - IAPAR	I	3120.00	I37IRI	13.608.000	I1578I	
		I	3132.08	I37IRI	4.887.080	I1578I	
2700	IPESQUISA E DESENVOLVIMENTO	I		I I I		I	I
	I TECNOLÓGICO DE PRODUTOS E	I		I I I		I	I
	I RECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	I	3191.00	I13IRI	10.000.000	I1578I	
T O T A L					I 55.441.080	I	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1113 02.00	Imposto s/ Operacoes relativas a Circula- cao de Mercadorias e s/ Prestacao de Ser- vicos de Transporte Interestadual e In- termunicipal e de Comunicacao	00	173.037.080

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1762.01 00	Convenios com Orgaos Federais	07	32.275.000
2111.00.00	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Estadual	13	10.000.000
2129.02.00	Operacoes de Credito Externas Vinculadas	18	85.321.000
2129.02.00	Operacoes de Credito Externas Vinculadas	37	45.441.080
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - IAPAR		
1712.13.00	Recursos de Transferencias de Titulos do Tesouro Estadual	13	10.000.000
1712.37.00	Operacao de Credito Externa Vinculada - IPRAPEN/BIRD/SDR	37	18.495.080
	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA - CODAPAR		
2521.37.00	Operacao de Credito Externa Vinculada - IPRAPEN/BIRD/SDR	37	26.946.000

Art. 3º - Em decorrência do conti-
do nos artigos 1º e 2º desta lei, fica
alterado o Demonstrativo da Re-
ceita, conforme Anexos IV e V desta
lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as dis-
posições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 721/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 209.937.080,00 ao orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Os recursos são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão e atenderão aos programas desenvolvidos pela SEAB.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 721/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mens. n° 109/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 209.937.080,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e oitenta cruzeiros reais), conforme específica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 722/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 111/93, que aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros reais), conforme específica. (Fundação de Ação Social do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 722/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da Fundação de Ação Social do Paraná.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93.

(a) PODER EXECUTIVO

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	I	I	I	I	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO
I	I	I	I	I	I
I	I	IDESPESA	IRI	I	ICOP
I 2800	ISECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO	I	I I I		I
I	IE DA ACAO SOCIAL - ENTIDADES	I	I I I		I
I	IVINCULADAS	I	I I I		I
I	I	I	I I I		I
I 2860	IFUNDACAO DE ACAO SOCIAL DO PARANAI	I	I I I		I
I	I- FASPAR	I	I I I		I
I 2620	IACAO SOCIAL ATRAVES DE ENTIDADES	I	I I I		I
I	IGOVERNAMENTAIS E NAO	I	I I I		I
I	IGOVERNAMENTAIS	I	3120.00I50ILI	5.000.000	I4517
I	I	I	3259.00I50ILI	5.000.000	I4517
I	I	I	4323.00I50ILI	100.000.000	I4517
		T O T A L		110.000.000	I

ACRESCIMTO DA RECEITA		ANEXO 11 ANEXO	FL. 01 CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	PT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ		
11970 99 00	Outras Receitas	50	10.000.000
12570 99 00	Diversas Receitas	50	100.000.000
	TOTAL		110.000.000

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 722/93

P A R E C E R:

A proposição em tela objetiva a autorização desta Casa para abertura de crédito suplementar ao orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná, no valor de CR\$ 110.000.000,00, para atender a despesas de repasse de recursos ao Projeto "Irmão Caçula" e cobre a referida programação com o excesso de arrecadação da própria entidade.

Sob os aspectos a que a Comissão é chamada a opinar, é de se entender que a matéria é constitucional, dando-lhe parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 722/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mens. n° 111/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 110.000.000,00 (cento de dez milhões de cruzeiros reais), conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 17

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 723/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 110/93, aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 125.400.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais), conforme especifica. (Secretaria de Estado da Agricultura). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 723/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 125.400.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo superior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos 1° e 2° desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV e V desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
1		ANEXO		CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
3903	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I I
2703	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I I
I	ISEAB	I 3132.08	I00ILI	20.000.000	I1576I
I	I	I 4120.00	I07ILI	3.400.000	I1576I
3906	IDEPARTAMENTO OPERACIONAL DE	I	I I I		I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
2704	IANEJO INTEGRADO DE SOLOS E AGUA	I 3132.08	I00ILI	100.000.000	I1576I
T O T A L				125.400.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01	
I		ANEXO		CRS 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
3901	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I I
1112	IFUNDO DE APOIO FINANCEIRO -	I	I I I		I I
I	IPRAPEH/BIRD/SDR	I 3132.08	I37IRI	10.000.000	I1576I
3902	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
1074	I PROGRAMA - PRAPEH/BIRD/SDR -	I	I I I		I I
I	ICODAPAR	I 4140.00	I37IRI	10.000.000	I1576I
3903	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I I
2703	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I I
I	ISEAB	I 3120.00	I07IRI	3.400.000	I1576I
3906	IDEPARTAMENTO OPERACIONAL DE	I	I I I		I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	I	I I I		I I
2669	IDESENVOLVIMENTO FLORESTAL	I	I I I		I I
I	IINTEGRADO - SEAB	I 3132.08	I00IRI	5.669.000	I1576I
2705	IIRRIGACAO E DRENAGEM	I 3132.08	I00IRI	2.723.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07ILI	1.307.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07IRI	2.354.000	I1576I
2706	IDESENVOLVIMENTO E FOMENTO DA	I	I I I		I I
I	IFRUTICULTURA	I 3132.08	I00IRI	25.602.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07ILI	2.872.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07IRI	3.171.000	I1576I
2707	IAPOIO A ASSENTAMENTOS RURAIS E A	I	I I I		I I
I	ICOMUNIDADES INDIGENAS	I 3132.08	I00IRI	15.923.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07ILI	1.995.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07IRI	3.392.000	I1576I
2708	IABASTECIMENTO ALIMENTAR E	I	I I I		I I
I	IALTERNATIVAS REGIONAIS DE	I	I I I		I I
I	IPRODUCAO	I 3132.08	I00IRI	11.624.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07ILI	7.560.000	I1576I
I	I	I 3132.08	I07IRI	13.608.000	I1576I
T O T A L				125.400.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO		I I I		FL. 03	
ANEXO						CR\$ 1,00 (REAL)	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	IPROCI
1	1	1	1	1		1	1
1	1	1	1	1		1	1
4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	1		1		1	1
	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	1		1		1	1
	IENTIDADES VINCULADAS	1		1		1	1
	I	1		1		1	1
4081	ICOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO	1		1		1	1
	IAGROPECUARIO DO PARANA - CODAPAR	1		1		1	1
1868	IARMAZENAGEM - FRAPEM/BIRD/SDR -	1		1		1	1
	ICODAPAR	1	4120.00	1371	10.000.000	1	13761
TOTAL					10.000.000		

ACRESCIMO		ANEXO IV		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO				
	CENTRALIZADO				
1113.02.00	Imposto s/ Operacoes relativas a Circu-				
	lacao de Mercadorias e s/ Prestacao del				
	Servicos de Transporte Interestadual e				
	Intermunicipal e de Comunicacao	00	58.459.000		
12462.01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	5.400.000		

REDUCAO		ANEXO V		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO				
	CENTRALIZADO				
11762.01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	43.859.000		
12129.02.00	Operacoes de Credito Externas Vinculadas	37	20.000.000		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO				
	DO PARANA - CODAPAR				
12521.37.00	Operacao de Credito Externa Vinculada -				
	IPRAPEM/BIRD/SDR	37	10.000.000		

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 723/93

P A R E C E R:

Objetiva a mensagem em questão, autorização para abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 125.400.000,00, ao vigente orçamento da SEAB, servindo como cobertura cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 723/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, Mens. 110/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 724/93, autoria do Poder Executivo - Men-

sagem n° 106/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme específica. (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N° 724/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da própria entidade.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.12.93

(a) PODER EXECUTIVO

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
I ANEXO				CRS 1,00 (REAL) I	
I CODIGO I		I INATUREZA I		I VALOR I	
I ESPECIFICACAO I		I DA IFTIDI I		I IRI I	
		I IDESPESA I		I IN. DOI I	
				I PROCI I	
				I COF I	
I 1200	I SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA I	I	I I I	I	I
I	I E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, I	I	I I I	I	I
I	I CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES I	I	I I I	I	I
I	I VINCULADAS I	I	I I I	I	I
I	I I I	I	I I I	I	I
I 1224	I FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, I	I	I I I	I	I
I	I CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO I	I	I I I	I	I
I 2501	I ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO I	I	I I I	I	I
I	I ENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E I	I	I I I	I	I
I	I LETRAS EM JACAREZINHO I	I 3120.00	I 50 I I I	1.500.000	I 14568 I
I	I I	I 3132.08	I 50 I I I	2.000.000	I 14568 I
		T O T A L I		3.500.000 I	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO	ANEXO II	FL 01 CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO			
1210.99.00	Outras Contribuicoes Sociais	00	3.500.000	
TOTAL			3.500.000	

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA
PROJETO DE LEI N° 724/93

PARECER:

O presente projeto de lei do Poder Executivo tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar ao orçamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho no valor de CR\$ 3.500.000,00.

Os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade e atenderão despesas necessárias à manutenção da entidade.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSAO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 724/93

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 106/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica.

Tendo recebido parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Exa. que durante - o processo de votação, nas próximas sessões, não houvesse interferência através de pedido de palavra Pela Ordem, ou por qualquer forma, qualquer interrupção que não fosse constante da matéria em discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa tomará as providências para que isso não mais ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento n° 4855 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4877, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSAO - dos Projetos de Lei n°s 669 e 698/93.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSAO - dos Projetos de Lei n°s 715, 716, 717, 718, 719, 721, 722, 723 e 724/93.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 616/93.

2.ª DISCUSSAO - do Projeto de Lei n° 679/93.

Levanta-se a sessão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de propor a V.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 28.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antonio Setti, Nelson Garcia, Antonio Costenaro, Oswaldo Trevisan, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Júlio Bifon, Paulo Maia, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Dalton Machuca, Colombino Grassano, Arlindo Troian, João Iensen e Alceu Swarowski. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das sessões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Proposição Veto n° 83/93 do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei n° 370/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 589/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 3) Projeto de Lei n° 637/93, do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 4) Proposição Veto n° 77/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 124/92 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto. APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 654/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 6) Proposição Veto n° 70/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 229/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 645/93 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 652/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 9) Projeto de Lei Complementar n° 461/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 639/93 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 11) Projeto de Lei n° 611/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 286/93 do Deputado José Artur Ritti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 564/93 do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator Dalton Machuca requer diligência - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei n° 625/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 327/91 do Poder Exe-

cutivo. O Deputado Ernani Pudell pede a palavra para levantar questão de ordem, no que se refere ao possível impedimento do Deputado Relator Oswaldo Trevisan com relação ao processo de denúncia oferecida pelos Senhores Magistrados contra o Senhor Governador Roberto Requião, pois sendo suplente nesta Casa de Leis é parte interessada. O Deputado Presidente coloca em votação o Projeto do item 15 - Aprovado e passa a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan que se diz ofendido com tal questão e pede para que o apelo seja indeferido por preclusão. O Deputado Ernani Pudell lamenta a ofensa, não foi essa a intenção, mas diz só ter se dado conta agora. O Senhor Presidente diz ser imparcial e coloca em votação o apelo do Deputado Ernani Pudell que autoriza a substituição do Senhor Relator. O Deputado Colombino Grassano entende que uma vez suplente passa a exercer funções como se titular fosse. O Deputado Antônio Costenaro faz das palavras do Deputado Colombino Grassano as suas. - REJEITADO; 16) Denúncia oferecida pelos Senhores Magistrados contra o Senhor Governador Roberto Requião. O Deputado Oswaldo Trevisan consulta se lê novamente e conclui pela não admissibilidade da denúncia e que seja arquivado nesta Comissão de Justiça. O Senhor Presidente diz que esta Comissão não tem poderes para arquivar, sendo homologado pelo Plenário ou arquivado junto ao Presidente desta Casa. O Deputado Colombino Grassano diz ter pedido vistas e quer apresentar seu voto em separado, pois o Relator não fez menção alguma ao artigo 88 da Constituição Estadual em seu parecer e que regula a matéria e a Lei Federal 1079/50, onde se baseou a denúncia dos Senhores Deputados. Depois, em nenhum momento fez menção ao artigo do Regimento Interno (3, XXXIII) que estabelece as condições em que esta Comissão deva funcionar, pois entrou no mérito, não dizendo se era constitucional ou não, se atendia ao aspecto legal ou não. Solicita também mais prazo, pois não teve tempo suficiente para exarar seu parecer. O Deputado Dalton Machuca solicita vistas, pois não recebeu xerox do parecer do Deputado Relator, Oswaldo Trevisan. O Deputado Toti Colaço apela que seja colocado em votação. O Senhor Presidente diante destes fatos, marca para a próxima reunião, terça-feira a exatidão do parecer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

ERONDY SILVÉRIO

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

SECRETÁRIA

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Domingos de Carvalho, contando com a presença dos seguintes Deputados, Antônio Costenaro, Plauto Guimarães, Ademair Traiano e Dr. Rosinha. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 629/93 de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig. Com Parecer do Deputado Antônio Costenaro FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 352/93 de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Com Parecer do Deputado Plauto Guimarães FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 572/93 de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 064/93. Com PARECER do Deputado Antônio Costenaro FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 601/93 de autoria do Deputado Carlos Simões. Com PARECER do Deputado Dr. Rosinha, FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário de Comissão.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
OSMAR PRESTES - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: José Arthur Ritti, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Cleiton Kielse, Toti Colaço, Djalma de Almeida César, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Paulo Maia, Emilia Belinati, Nilton Barbosa, Arlindo Troian e Alceu Swarowski. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 681/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 2) Projeto de Lei n° 665/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 3) Projeto de Lei n° 675/93 da Procuradoria de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 679/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen.

APROVADO. 5) Projeto de Lei n° 680/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen. APROVADO. 6) Projeto de Lei n° 464/93 do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 7) Projeto de Lei n° 606/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 8) Projeto de Lei n° 442/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 9) Projeto de Lei n° 660/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 575/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 11) Proposição Veto n° 81/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 312/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti. APROVADO. 12) Projeto de Lei n° 389/93 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. O Deputado Relator, José Arthur Ritti, requer diligência. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei n° 671/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan. APROVADO. 14) Projeto de Lei n° 616/93 do Tribunal de Justiça. O Deputado Relator, Nilton Barbosa, requer diligência. DEFERIDO. 15) Projeto de Lei n° 657/93 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 661/93 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO. 17) Projeto de Lei n° 578/93 do Deputado Namir Piacentini. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell. 18) Projeto de Lei n° 666/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa. APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 683/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 20) Projeto de Lei n° 678/93 do Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 21) Projeto de Lei n° 673/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. APROVADO. 22) Projeto de Lei n° 659/93 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 23) Projeto de Lei n° 667/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati. APROVADO. 24) Projeto de Lei n° 676/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 25) Projeto de Lei n° 670/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian. APROVADO. 26) Projeto de Lei n° 447/93 do Deputado Namir Piacentini. O Deputado Ernani Pudell solicitou vistas e requereu diligência. DEFERIDO. 27) Projeto de Lei n° 341/93 do Deputado Antônio Annibelli. O Deputado Ernani Pudell havia pedido vistas e apresentou voto em separado

- ~~Contrário~~. APROVADO. 28) Projeto de Lei nº 639/93 do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Paulo Maia. APROVADO. 29) Projeto de Lei nº 655/93 do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ernani Pudell - REJEITADO POR 7x4. Será designado novo relator. 30) Projeto de Lei nº 648/93 da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell. APROVADO. 31) Projeto de Lei nº 646/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell. APROVADO. 32) Projeto de Lei nº 651/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Colombino Grassano. APROVADO. 33) Projeto de Lei nº 352/93 do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano. APROVADO. 34) Projeto de Lei nº 569/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, do Deputado Colombino Grassano. APROVADO. 35) Projeto de Lei nº 669/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano. APROVADO. 36) Projeto de Lei nº 634/93 do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator, Antônio Costenaro Neto requer diligência. DEFERIDO. 37) Projeto de Lei nº 535/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 38) Projeto de Lei nº 658/93 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 39) Projeto de Lei nº 656/93 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 40) Projeto de Lei nº 650/93 do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 41) Projeto de Lei nº 573/93 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto. APROVADO. 42) Projeto de Lei nº 672/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para logo mais, às 13:00 horas.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 17.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de um mil, novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 233/93 - Mensagem nº 22/93, de autoria do Poder Executivo. Relator:

Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 631/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 646/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 652/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 665/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
Cynthia Natal Tanus - Secretária

COMISSÃO DA AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o Relato do Projeto de Lei nº 502/93, tendo como Relator o Deputado Antonio Costenaro. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Relator que apresente seu Parecer. Projeto de Lei nº 502/93, Parecer FAVORÁVEL, colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29.11.93

(a) SEVERINO FELIX - Presidente
Rubens Bremer - Secretário

Ato da Presidência:

Curitiba, 15 de outubro de 1993.
OF.GP.549/B/1993.
Senhora Diretora.

Venho através do presente, comunicar a Vossa Senhoria as indicações para as Comissões Técnicas desta Casa os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Para suplentes, com seus respectivos titulares já anteriormente definidos:

Suplente	Titular
Nelson Justus	Erondy Silvério
José Alves	Dalton Machuca
Eurides Moura	Alceu Swarowski
Basílio Zanusso	Nelson Garcia

Para titular e para suplente da mesma comissão:

Titular	Suplente
Colombino Gressano	Carlos Simões

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Para suplente do Deputado Plauto Miró: Deputado Duílio Genari

Para titular do Deputado suplente Mário Bezerra: Nelson Justus.

Para titular e para suplente

Titular	Suplente
Nilton Barbosa	João Preis

COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Para titular e para suplente

Titular	Suplente
Élio Rusch	Plauto Miró

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Para titular do Deputado suplente Plauto Miró: Deputado Élio Rusch.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Para suplente do Deputado Plauto Miró: Deputado Basílio Zanusso.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Para titular e para suplente

Titular	Suplente
---------	----------

Oswaldo Trevisan Luiz Bona Turra

Para suplente do Deputado Arlindo Troian: Deputado Domingos Carvalho.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Para titular e para suplente

Titular	Suplente
Luiz Carlos Alborghetti	Mário Bezerra
Deputado Edson Silva Lino.	Para suplente do Deputado João Preis;

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Para titular do Deputado Élio Rusch: Deputado Plauto Miró.

Para titular do Deputado Nereu Moura: Deputado Luiz Setti.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Para suplente do Deputado Basílio Zanusso: Deputado Élio Rusch.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Para suplente do Deputado Nilton Barbosa: Deputado Edson Lino.

COMISSÃO DE TURISMO

Para suplente do Deputado Élio Rusch: Deputado Duílio Genari.

Para titular do Deputado Nilton Barbosa: Deputado Neivo Beraldin.

No aguardo das providências necessárias, solicito que seja encaminhada a esta Presidência, Relatório com a composição de todas as comissões desta Casa de Leis.

(a) Deputado ORLANDO PESSUTI
Presidente

Ilustríssima Senhora
LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL
MD. Diretora Legislativa
N/Edifício